



Fundação Casa do Pessoal da  
Segurança Social e Saúde  
do Distrito de Aveiro

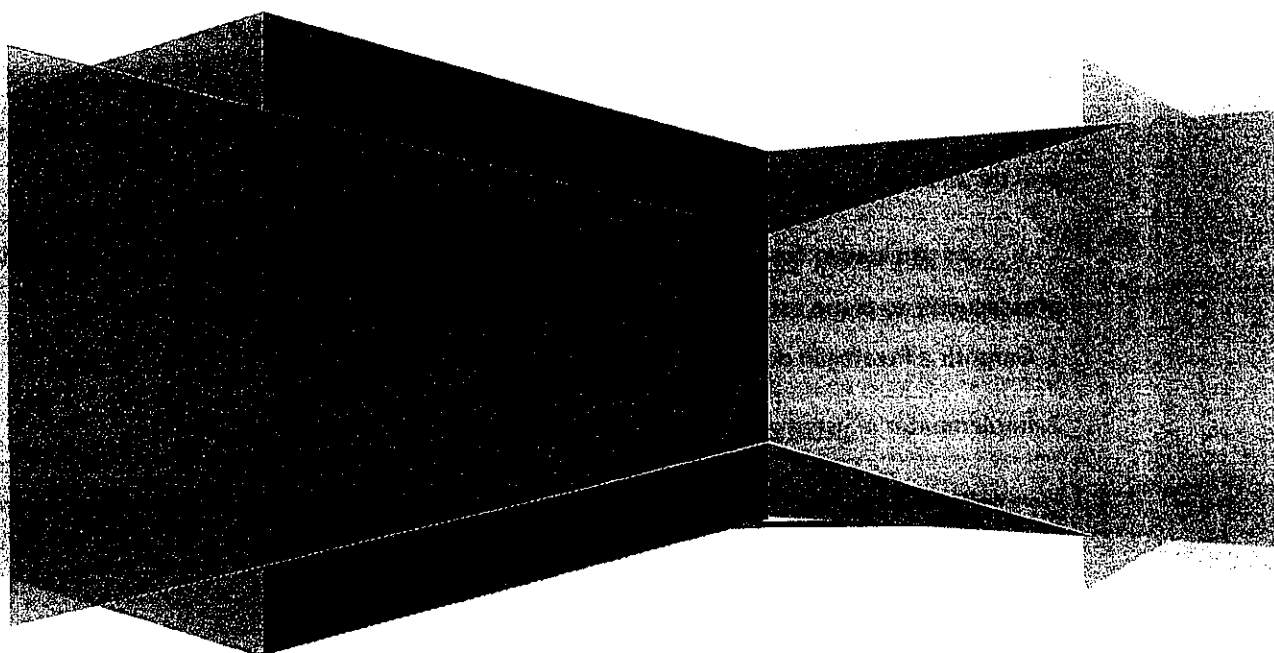
2018

## Relatório Atividades e Contas

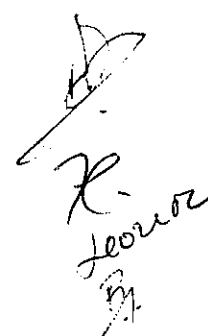
---



**Fundação Casa do Pessoal da  
Segurança Social e Saúde  
do Distrito de Aveiro**



## Relatório Atividades e Contas



### Mensagem do Conselho de Administração

O presente documento integra o Relatório de Atividades e Contas do Exercício da Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro relativo ao ano de 2018, cumprindo-se a obrigação estatutária constante no artigo 32º dos seus Estatutos. Agregam-se a este documento alguns elementos que permitem acompanhar a atividade da Instituição de forma global:

- ✓ Tabela de Atividades da Instituição desenvolvidas em 2018;
- ✓ Relatório Económico-financeiro da Instituição, agregado de todas as peças contabilísticas;
- ✓ Relatórios de Atividades das áreas da Geriatria (Direção Técnica, Serviço Social, Animação Sociocultural, Atividade física, Fisioterapia e Enfermagem), da Infância (Direção Técnica, Avaliações dos Planos Anuais de Atividades das Creches) e ainda da área Administrativa.

Nos dias de hoje cada vez mais é fundamental adotar uma postura estratégica com vista a desenvolver um trabalho de gestão e de intervenção social inovador. O Ser Humano vive rodeado de incertezas e, face à complexidade crescente dos contextos em que vive, urge a adoção de um pensamento estratégico, tendo sido esta a linha orientadora e norteadora da administração da Fundação CPSSSDA, desde há 4 anos a esta parte.

Durante o ano de 2018 a Instituição deu continuidade ao desenvolvimento das atividades traçadas, procurando fazê-lo de forma estratégica, atividades estas indissociáveis da Visão, da Missão e dos Valores da Fundação: **a construção de um percurso para a excelência na área do terceiro setor, promovendo o desenvolvimento integral da criança e o envelhecimento ativo, com qualidade de vida, apoiada pelos valores da igualdade, justiça e solidariedade social, em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva.**

As atividades foram realizadas numa lógica de continuidade e melhoria, em prol da prossecução do plano estratégico definido a longo prazo, com os seguintes objetivos:

1. Garantir a Prestação de Serviços de Qualidade aos Clientes;
2. Implementar o Sistema de Gestão da Qualidade;

## Relatório Atividades e Contas

3. Implementar Boas Práticas de Gestão de Pessoas e Competências;

4. Atingir um Modelo Sustentável e Equilibrado de Funcionamento;

5. Reforçar a Imagem da Instituição.

Os objetivos estratégicos definidos pela Instituição, de longo prazo, tomam forma através dos objetivos operacionais, objetivos de curto prazo relacionados com o funcionamento da Instituição, os serviços prestados e/ou as atividades realizadas. Para cada objetivo estratégico, definiu-se no Plano de Monitorização as metas a atingir.

A exigência e complexidade do Plano de Ação traçado, que integra a operacionalização de processos como o da certificação para a qualidade, da satisfação dos clientes, da avaliação de desempenho, entre outros de primordial importância para a sustentabilidade económico-financeira encontram-se em processo de desenvolvimento desde 2015, com avanços, mas também com alguns recuos.

Naturalmente várias contingências foram verificadas e que influenciaram a tangência dos objetivos traçados, contudo o empenho dos nossos colaboradores e dos nossos *stakeholders* continua a estar bem patente, constituindo o motor do desenvolvimento da Fundação.

Orgulhamo-nos assim por valorizar e investir no capital humano, pois consideramo-lo o grande pilar da qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes das 5 respostas sociais que desenvolvemos, ou não fossem os Clientes a grande e basilar razão de ser da existência da Fundação.

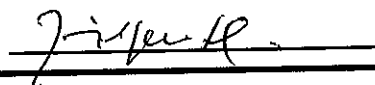
Deste modo reitera este Conselho de Administração o seu bem-haja a todos os que continuam de forma empenhada, colaborativa, responsável e proactiva a levar a nossa missão, visão, valores a “bom porto”.

Elaborado e Aprovado em reunião do Conselho de Administração.

Aradas, 14 de Março de 2018

Pelo Conselho de Administração

O Presidente



## Relatório Atividades e Contas

---

### INDICE

- 1. Breve Caracterização da Instituição**
- 2. Visão/ Missão/Valores da Instituição**
- 3. Equipamentos e Resposta Sociais da Instituição**
- Quadro 1 - Respostas Sociais/Capacidades**
- 4. Tabela Plano de Atividades 2018(ANEXO 1)**
- 5. Relatório Económico-financeiro (ANEXO 2)**
- 7. Notas Conclusivas**
- 8. Anexos:**

## 1. Breve Caracterização da Instituição

A Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e da Saúde do Distrito de Aveiro é uma IPSS reconhecida por despacho de 7 de Agosto de 2009 do Secretário de Estado da Segurança Social tem o seu registo lavrado em 19 de Agosto de 2009, pela inscrição nº11/2009, folha 6 e verso, do livro 7 das Fundações de Solidariedade Social.

A Instituição foi criada por iniciativa dos associados do CSCDA 513, IPSS, cuja extinção deu lugar à Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e da Saúde do Distrito de Aveiro, aprovada em Assembleia-Geral, de dois de Janeiro de 2009. A Fundação CPSSSDA é formada pelos seguintes órgãos sociais: Conselho de Administração (órgão de gestão), Conselho Fiscal (órgão de fiscalização) e o Conselho Geral (órgão consultivo).

De acordo com os seus estatutos a Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro tem os seguintes objetivos:

- ✓ “Apoiar crianças e jovens;
- ✓ Apoiar a família;
- ✓ Apoiar na integração social e comunitária;
- ✓ Proteger os cidadãos na velhice e na invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade para o trabalho;
- ✓ Promover e proteger na saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- ✓ Educar e formar profissionalmente os cidadãos;
- ✓ Promover a resolução dos problemas habitacionais das populações.
- ✓ Poderá ainda a Fundação prosseguir outros fins não lucrativos que com aqueles sejam compatíveis, nomeadamente desportivos, culturais e recreativos.”

## 2. Visão/ Missão/Valores da Instituição

## Relatório Atividades e Contas

---

A **visão** da Fundação CPSSSDA reside na construção de um percurso para a excelência na área do terceiro sector.

A Instituição tem como **missão** a promoção do desenvolvimento integral da criança e a promoção de um envelhecimento ativo, com qualidade de vida. A qualidade é um objetivo institucional inerente à missão da FCPSSSDA, cuja concretização constitui um compromisso das respostas sociais, dos profissionais e das equipas.

A Fundação assenta o seu trabalho nos **valores** da igualdade, justiça, solidariedade social em prol de uma sociedade mais inclusiva.

### 3. Equipamentos e Respostas Sociais da Instituição

A Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro integra os seguintes equipamentos sociais:

#### **3.1. Creche Eng.º António Pascoal**

Esta resposta social foi criada na Instituição, por meio de candidatura do CSCDA 513 ao Programa Operacional Emprego Formação e Desenvolvimento Social – P.O.E.F.D.S., medida 5.6 do Quadro Comunitário de Apoio III e após conclusão entrou em funcionamento em Setembro de 2008, com acordo de cooperação com a Segurança Social para 33 crianças, entre os 4 e os 36 meses.

A creche no seu projeto pedagógico visa a promoção do desenvolvimento integral da criança. Por meio do estabelecimento de parcerias, são ainda desenvolvidas as atividades extracurriculares de yoga para bebés, expressão corporal e educação musical, bem como se concretizam atividades intergeracionais com vista ao enriquecimento pessoal e social das crianças.

#### **3.2. Centro Integrado de Aradas**

O Centro Integrado da Fundação é o resultado da candidatura realizada pelo C.S.C.D.A. 513 ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – PARES I, uma iniciativa do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Instituto da Segurança Social, I.P..

## Relatório Atividades e Contas

Este equipamento social em funcionamento, desde Abril de 2011, desenvolve as respostas sociais de Creche, Centro de Dia, E.R.P.I. e S.A.D. com capacidade para 38, 20, 80 e 68 utentes respetivamente, está localizado na freguesia de Aradas, concelho de Aveiro.

- › A **Estrutura Residencial para Idosos** destina-se a todas as pessoas com mais de 65 anos e permite um alojamento temporário ou definitivo, para os idosos em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia. O ERPI é aberto, possui janelas panorâmicas, animação voltada para os interesses, necessidades e expectativas de cada residente, mas acima de tudo dá liberdade, privacidade, conforto, usos equitativos, espaços de convívio e é um espaço estimulante.
- › A resposta de **Centro de Dia** consiste num espaço onde se efetivam as redes de sociabilidade, desenvolvendo-se atividades na Instituição e na comunidade, por meio de uma prestação de serviços, que satisfaçam as necessidades básicas dos seniores durante o dia. Oferece tudo o que a resposta anterior proporciona ao funcionar nas mesmas instalações e beneficiar dos mesmos serviços exceto serviço noturno.
- › O **S.A.D.** – Serviço de Apoio Domiciliário, com acordo de cooperação para 40 clientes, foi criado no ano de 2001 pelo nosso fundador. Esta resposta social destina-se a todas as pessoas com mais de 65 anos e promove a permanência do idoso no seu meio natural de vida, através da prestação de serviços de alimentação, higiene pessoal e habitacional, tratamento de roupas, acompanhamento ao exterior e animação.
- › A resposta social **Creche** visa proporcionar o desenvolvimento integral da criança, dos 4 aos 36 meses, num clima de segurança física e afetiva, durante o afastamento parcial do seu meio familiar, fomentando o contato com os clientes das outras respostas sociais, privilegiando-se a intergeracionalidade e onde é muito frequente termos avós e netos neste mesmo equipamento social. Por meio do estabelecimento de parcerias, são ainda desenvolvidas as atividades extracurriculares de yoga para bebés, expressão corporal e educação musical.

## Relatório Atividades e Contas

**Quadro 1 - Respostas Sociais da Fundação CPSSDA**

Resposta Social	Capacidade	Nº de clientes abrangido o/ acordo de cooperação	Frequência Média Anual
Greche/Eng.º António Pascoal	33	33	32
Greche/Centro Integrado	38	33	34
ERPII	80	62	72
SAID	68	40	40
Centro de Dia	20	20	20
<b>TOTAIS</b>	<b>239</b>	<b>188</b>	<b>198</b>

- › **Outras Estruturas de apoio:** direção de serviços, direções técnicas de infância e geriatria, departamento de qualidade, serviços de educação, serviços médicos e de enfermagem, serviços de fisioterapia, serviços psicossociais, serviços ocupacionais e de animação sociocultural, serviços administrativos e financeiros, recursos humanos, economato, e serviços gerais e de manutenção, departamento de formação.

## 4. Avaliação do Plano de Atividades 2018 (ANEXO 1)

### 4.1. Reflexão sobre o Exercício das Atividades 2018

O ano de 2018 pautou-se por um ano acompanhado de alguns pontos fracos, que a seguir se explanam, e que dificultaram a tangência dos objetivos operacionais e metas projetadas para o ano:

- ✚ A área dos Recursos humanos, nomeadamente a rotatividade na cessação, com a saída de 28 colaboradores, e na subsequente contratação de pessoal, é sempre um dos fatores que constitui maior constrangimento no que diz respeito à gestão da Instituição. Associada a esta problemática, para além das questões financeiras inerentes, temos as dificuldades de recrutamento e seleção, em que a maioria dos candidatos apresentam fracas competências profissionais e muitas vezes pessoais que dificultam as substituições afetando a estabilidade do funcionamento interno e da sua gestão, fator



## Relatório Atividades e Contas

este que diretamente afeta o desenvolvimento da missão da Fundação. Mais formação, maior acompanhamento nos cuidados e supervisão dos serviços prestados é fundamental.

Outras contingências na Gestão dos Recursos Humanos devido ao elevado absentismo (baixas médicas/licenças parentais) mais patente na área geriátrica, desempenho, os problemas laborais inerentes, alguns deles alvo de procedimentos disciplinares e de decisão judicial, são também fatores canalizadores de tempo, recursos humanos e financeiros.

- ✚ A baixa operacionalização do novo software de gestão, alvo de investimento da Instituição, exigindo tempo para formação e adaptação dos colaboradores tem-se prolongado. Simultaneamente continua a verificar-se alguma resistência por parte dos colaboradores na sua utilização.
- ✚ A implementação do processo de Avaliação de desempenho formal, objetivo e bem estruturado também é um dos processos que ficou em standby, tendo sido aprovado superiormente, para operacionalização em 2019.
- ✚ Outro dos processos chave e fulcral para operacionalizar para o próximo ano é o da Segurança Interna, no âmbito da Segurança Contra Incêndios, prioridade máxima para 2019.
- ✚ Na área da geriatria não se procedeu à reestruturação da resposta social de S.A.D, não foram aplicados os questionários de avaliação de clientes e colaboradores (este último também na área da Infância), devido à reformulação necessária deste instrumento de avaliação; bem como a aplicação dos Planos Individuais aos clientes da geriatria ficou aquém das exigências (ver outros relatórios em anexo).
- ✚ A comunicação é “uma arma” que se quer melhorada na Instituição, basilar neste processo que se quer persuasivo e mobilizador, assertivo, realista, otimista e cada vez mais ser estratégica.

Não obstante destas dificuldades a melhorar podemos afirmar que o balanço do ano foi positivo, dando-se cumprimento à nossa Missão, Visão e Valores.

## Relatório Atividades e Contas

- ✚ O ano transato foi um ano de igual procura no âmbito dos serviços que prestamos nas 5 respostas sociais, tendo-se tal verificado de uma forma mais evidente nas respostas sociais de Centro de Dia com 20, e o SAD com 40; em ambas as Creches também terminámos o ano letivo em julho com a capacidade máxima, a do C.I com 38 e na CEAP com 33 frequências. Em ERPI terminámos o ano com 64 frequências, devido ao falecimento de 21 pessoas.
- ✚ A liderança é coesa, aberta e de partilha na transmissão dos sentimentos, valores e de verdadeiras causas e é muito importante para a mobilização coletiva da nossa organização, mobilizando todos os intervenientes, sem exceção, dando uma imagem dinâmica e empreendedora, colocando em causa ideias feitas e comportamentos inadequados.
- ✚ A aposta no capital humano continua a ser uma prioridade, através da formação interna e externa nas várias áreas de atuação, dotando-se e aumentando-se as competências nos mais variados domínios da sua ação: nas áreas dos cuidados, 1ºs socorros e suporte Básico de Vida. É fulcral também avaliar o desempenho dos funcionários, de uma forma objetiva e formal, um imperativo legal; mas também avaliar a sua satisfação, no sentido de uma maior corresponsabilização de ambas as partes. É importante a supervisão e capacidade de assertivamente orientar para a nossa Missão, Visão e Valores.

A destacar neste ponto temos a resolução de problemas jurídico-laborais cujas causas (2) a Instituição ganhou em tribunal, fazendo-nos acreditar que devemos cada vez mais confiar na posição que a Fundação ocupa em prol da defesa e cumprimento dos seus direitos.

Levou-se a cabo a extinção de um posto de trabalho, devido à má conduta ética e deontológica para com a instituição e pessoas que nela trabalham. Como consequência menos positiva uma equipa técnica mais reduzida, contudo beneficiou de melhores relações interpessoais.

- ✚ O fomento de práticas inclusivas na Instituição é de realçar.

A realização de um estágio profissional na área da jardinagem e agrícola, no âmbito da Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade e que culminou com a candidatura apresentada pela Fundação a 5-12-2018 à Medida Emprego Apoiado em Mercado Aberto do IEFP.



## Relatório Atividades e Contas

Um programa de inserção ocupacional, na área dos serviços gerais, de uma jovem com deficiência mental moderada, a decorrer em parceria com a CERCIAV desde 2014; bem como a inserção de um jovem com NEE no quadro de pessoal da Fundação.

- ✚ O Setor do Econmato sofreu melhorias significativas no âmbito dos processos da área, beneficiou com a renovação do Recurso Humano responsável, transferindo maior confiança e responsabilidade na gestão dos R.H da área da cozinha e refeitório e no processo de gestão de stocks.
- ✚ A área da Manutenção estabilizou, por via do reforço da percentagem de afetação dos serviços do Engº especializado em eletrotécnica, refletindo-se numa maior consistência no acompanhamento, controlo, proatividade e rapidez na resolução dos problemas da área, bem como na atuação preventiva da manutenção dos equipamentos e edifícios.
- ✚ Os clientes são a razão de existir da Instituição e é neles que se centra a Missão da Instituição, daí a aposta contínua na diversidade e enriquecimento do Plano Curricular, Yoga e Música(crianças) e Planos de Animação, com a Dinamização da Expressão Corporal, Música e Fisioterapia (idosos). Urge, no entanto, apostar na prevenção das demências e acentuar o apoio psicossocial e psicológico aos utentes.
- ✚ A área da animação sociocultural beneficiou de novas dinâmicas direcionadas aos séniores. As atividades e intervenção na comunidade foram diversificadas e inovadoras, por via da adesão da Instituição à RAS- Rede Aveiro Sénior. A Rede Aveiro Sénior (RAS) é constituída por um grupo de 18 organizações do 3º sector (de solidariedade social e privadas) do concelho de Aveiro com um denominador comum: trabalho com a população idosa. Este grupo foi criado no início do ano 2018 e tem vindo a crescer desde então, procurando consolidar práticas de trabalho em parceria/rede e a rentabilização de recursos. A missão da RAS é, em primeira instância, a partilha de recursos e de boas práticas no trabalho social desenvolvido ao nível do envelhecimento.
- ✚ A página do Facebook administrado pela D.S. continua a ser uma ferramenta muito utilizada, com um impacto bastante positivo ao nível da disseminação e imagem da Instituição junto dos nossos stakeholders, através da divulgação das atividades pedagógicas, intergeracionais, ocupacionais, bem como de eventos de relevo da Instituição. A Infância publicita muitas

## Relatório Atividades e Contas

imagens do trabalho desenvolvido nesta área na página criada anteriormente, sendo publicitadas muitas das suas publicações na página oficial da Instituição.

- ✦ A dinamização do sítio institucional na internet, no qual se publicitam documentos de gestão interna, entre outras informações de pertinente divulgação, foi concretizada com o apoio da Warepro, nossa empresa parceira na área da informática e TIC.
- ✦ O S.A.D. beneficiou de uma melhoria com a reformulação de alguns membros da equipa de cuidadoras formais; bem como com a aquisição de uma viatura nova, com vista à melhoria da qualidade dos serviços, respondendo à necessidade de renovar a frota automóvel da Instituição.

### 5. Relatório de Contas do Exercício 2018 (ANEXO 2)

“(…) Instituição apresenta um crescimento de cerca de 1%, comparativamente com o ano de 2017.

A instituição encerrou o Exercício de 2018 com um resultado líquido positivo de 253.400,15€ sendo que o CSCDA513 encerrou o exercício de 2018 com um Resultado líquido negativo de - 113.889,70€ (Instituição que evidencia os encargos financeiros com o edifício Centro Integrado), sendo que a junção dos Resultados das duas instituições resulta no Resultado Líquido positivo de 139.510,45€ verificando-se uma diminuição dos resultados face ao ano anterior de 2.468,95€.

Aveiro, 22 de Março de 2019.” in relatório económico-financeiro 2018

Ver em anexo o documento Relatório Económico-financeiro elaborado pela Direção Financeira

### 6. Notas conclusivas

No âmbito das respostas sociais da Instituição conclui-se que 2018 foi um ano do qual se faz um balanço positivo, apesar de muitas das metas do nosso plano de ação não terem sido atingidas. O plano estratégico da Instituição centra-se na preparação da ação, que está continuamente a ser pensada e repensada, porque esta não é sinónimo de determinismo, assenta num

## Relatório Atividades e Contas

pressuposto de indeterminação controlada, de acordo com as variáveis que se vão identificando, face a futuros múltiplos, tomando-se decisões que orientem para um futuro desejado. A desconfiança das ideias feitas, da familiaridade e do conformismo é fundamental para que se fomente o constante questionamento acerca da realidade e se evitem comportamentos inadequados dentro e fora da Instituição.

A aposta na melhoria contínua, no que diz respeito aos recursos humanos é essencial, trabalhar o espírito de equipa, as competências pessoais e sociais, a autonomia das colaboradoras, assim como o espírito de pertença e de missão institucional em detrimento do pessoal, bem como a prevenção da conflitualidade. Continuar a promover um processo de aprendizagem, através do qual os conflitos, os erros e falhas devem ser vistos como fonte de crescimento e conhecimento é fundamental.

A Instituição reúne todas as condições para ser uma referência na área do Terceiro Setor no Distrito e no País, possui ótimas instalações e equipamentos e já é considerada uma referência junto dos que nos visitam, pelos espaços, higiene e limpeza, materiais e equipamentos, a iluminação natural, mas acima de tudo pela humanização dos serviços. A prestação dos nossos serviços às crianças, famílias e idosos aposta na qualidade, sendo esse o feedback que recebemos dos clientes e por parte dos potenciais clientes que nos procuram.

Há ainda a destacar o importante papel de relevo de alguns dos nossos parceiros e o bom funcionamento da articulação existente, nomeadamente com o CCD 513, a U.A-ESSUA, a Saúde Pública, a Segurança Social, o IEPF, a RAS, a CERCIÁV, a FisioManual, Banda Amizade, PSP, a Warepro, observando-se uma troca eficaz e harmoniosa, que se reflete numa prestação de serviços que se tem mostrado útil e positiva no quotidiano institucional.

É fulcral continuar a trabalhar para o aperfeiçoamento da gestão social da Fundação através da melhoria das práticas e processos, criando e mantendo valor social, reconhecendo e procurando novas oportunidades, num processo contínuo de inovação, adaptação e aprendizagem, um esforço que só é possível graças ao empenho e eficiência de todos os seus Colaboradores, Dirigentes e Conselho de Administração.



É importante contudo referir que a prestação de um serviço de qualidade só se consegue com trabalhadores qualificados, aos mais diversos níveis. É por isso crucial continuar o investimento nos recursos humanos, para que estes continuem a fazer face às exigências e novos desafios.

Terminamos citando um estudo realizado em 2016, pela REAPN, acerca do impacto da crise no Terceiro Sector “Quanto ao futuro do sector as entidades inquiridas apostam na necessidade de uma maior cooperação, quer com o Estado, quer com as organizações congéneres, numa lógica de trabalho em rede. Destaca-se a vitalidade do sector, a sua capacidade de enfrentar o futuro com otimismo e, sobretudo, a autoconsciência de que se trata de um sector fundamental para o desenvolvimento do país e para coesão social e que é capaz de se reinventar, investindo em novas valências e utilizando outras formas de financiamento, apostando na inovação social e no empreendedorismo.”

REAPN EM ANÁLISE, Nº31 – Setembro 2016- O Impacto Social e Institucional da Crise Económica e Financeira nas Organizações do Terceiro Sector

Aveiro, 13 de março de 2018

**A Diretora de Servicos**

Aprovado em reunião do Conselho de Administração

Aradas, 28 de março de 2018

**O Conselho de Administração:**

O Presidente Richard

O Tesoureiro Prothilaia B. Cruz

O Secretário Giulio

1º Vogal \_\_\_\_\_

2º Vogal *Leonor*

## 8. Anexos

1. Tabela Plano de Atividades 2018
2. Relatório Económico-financeiro 2018
3. Organograma da Fundação C.P.S.S.S.D.A.
4. Outros Relatórios: Infância, Geriatria, Administrativo, Económico, Animação, Enfermagem, Pedagogia, Manutenção.







Associação Casa do Recado do  
Movimento Social e Saúde  
do Distrito de Acre

## Avaliação PLANO DE AÇÃO 2018

Objetivos Estratégicos	Objetivo Gerais	Objetivos Operacionais	Indicadores	Metas	Periodicidade de Monitorização	Ações	ESTADO
OE1 Garantir a Prestação de Serviços de Qualidade aos Clientes	OG1.1- Melhorar a Qualidade dos Serviços Prestados	OO1.1.1- Assegurar a realização dos procedimentos da qualidade fixados	Nº de clientes com PDI	100%	Trimestral	Elaborar, implementar e monitorizar os PDI; Revisão de necessidades e potenciais dos clientes, realização de reuniões periódicas; Monitorização das ações	
	OG1.2- Aumentar a eficiência dos serviços	OO1.1.2- Attingir os objetivos estabelecidos nos PDI	Nº de processos individuais completos % dos objetivos cumpridos nos planos Individuais	100% 100% 100%	Anual	Operacionalização do Software de Gestão específico para as IPSS - Warepro (F3M); Elaborar os Projetos educativos contemplando os contributos/sugestões das famílias transversal às duas Creches; Criar novas parcerias	
	OG1.3- Melhorar a qualidade das respostas às problemáticas de saúde mental inseridas nas respostas sociais da genárria	OO1.2.1- Executar as atividades planeadas no PAA da Instituição	Nº Planos Mensais Nº de relatórios de avaliação	10 10	Mensal Mensal	Elaborar os Planos Mensais e os relatórios de avaliação das atividades; Controlo e monitorização dos dados; Realização de reuniões de acompanhamento e monitorização; Extrair e interrelacionar informação do Software de Gestão específico para as IPSS - Warepro (F3M);	
		OO1.2.2-					



## Avaliação PLANO DE AÇÃO 2018

Objetivos	Resultados alcançados	% Objetivos alcançados	Semestral	Relatório intermédio de avaliação das atividades; Ações de acompanhamento/supervisão (reuniões de acompanhamento/avaliação, visitas, histórias internas)	Ações de acompanhamento/supervisão (reuniões de acompanhamento/avaliação, visitas, histórias internas)
OE1 - Garantir a Prestação de Serviços de Qualidade aos Clientes (cont.)	OG1.2- Aumentar a eficiência dos serviços (cont.)	OO1.2.1- Melhorar a qualidade da prestação de cuidados aos clientes		100%	Operacionalizar o Software de Gestão específico para as IPSS; Renovação frota automóvel; Apreçamento das 8 copas nos pisos; Formação interna e externa aos cuidadores; Acentuar a prestação de Apoio Psicossocial; Reestruturar o Projeto de SAD
	OG1.3- Promover o Aumento Gradual da Satisfação dos Clientes	OO1.3.1- Aumentar a satisfação dos clientes	Anual	% 0	Garantir a prestação de serviços sem reclamações; Aplicação dos questionários aos clientes; Tratamento estatístico dos dados; Implementação das ações de melhoria
OE1 - Garantir a Prestação de Serviços de Qualidade aos Clientes (cont.)		OO1.3.2- Avaliar o grau de satisfação dos clientes	Anual	85% 0	Adquirir nova Caixa de Sugestões para ambos os edifícios da Instituição Avaliar e Implementar as sugestões de melhoria; Implementar ações preventivas, corretivas e de melhoria.



Fundação Casa do Resgate do  
Segurante Social e Saúde  
do Distrito de Anjo

## Avaliação PLANO DE AÇÃO 2018

OE2 - Implementar o Sistema de Gestão da Qualidade	OG1.5- Enriquecer os Planos de Animação e Curriculares	OG1.5.1- Dinamizar a Expressão corporal e música  OG1.5.2- Criar espaços diferenciados para as atividades de leitura e internet  OG1.6- Promover a solidariedade entre gerações e o envelhecimento ativo/positivo	OG1.5.1- Dinamizar a Expressão corporal e música  OG1.5.2- Criar espaços diferenciados para as atividades de leitura e internet  OG1.6.1- Dinamização do Projeto de Voluntariado	% de crianças e idosos inscritos   Novos voluntários	90%   1	Anual	Seleção de atividades de acordo com os interesses, necessidades e expectativas dos clientes;  Divulgação junto pais e familiares; Implementação; Dinamizar a Biblioteca e um ponto net;  Impulsionar relações intergeracionais no âmbito de datas comemorativas e festivas, dando continuidade às tradições;  Elaborar um Projeto de Voluntariado, que desenvolva boas práticas de voluntariado; Promover atividades de companhia.	Formação;  Seleção de atividades de acordo com os interesses, necessidades e expectativas dos clientes;  Divulgação junto pais e familiares; Implementação; Dinamizar a Biblioteca e um ponto net;  Impulsionar relações intergeracionais no âmbito de datas comemorativas e festivas, dando continuidade às tradições;  Elaborar um Projeto de Voluntariado, que desenvolva boas práticas de voluntariado; Promover atividades de companhia.	● ● ● ● ●
	OG2.1- Consolidar a Gestão por Processos		OG2.1.1- Redefinição de todos os processos  OG2.1.2- Garantir o cumprimento dos procedimentos de Segurança e Higiene e da Tutela	Grau de cumprimento dos procedimentos dos processos	50%   Nº de reuniões	Anual	Concluir e aprovar o Manual da Qualidade da Instituição;  Consolidar e uniformizar os procedimentos dos processos;  Assegurar a eliminação ou minimização das não conformidades apresentadas nos relatórios de HST, HACCP, Saúde Pública e Segurança Social; Garantir a implementação de ações preventivas, corretivas e de melhoria; Envolver os colaboradores nos processos de corresponsabilização	Concluir e aprovar o Manual da Qualidade da Instituição;  Consolidar e uniformizar os procedimentos dos processos;  Assegurar a eliminação ou minimização das não conformidades apresentadas nos relatórios de HST, HACCP, Saúde Pública e Segurança Social; Garantir a implementação de ações preventivas, corretivas e de melhoria; Envolver os colaboradores nos processos de corresponsabilização	● ● ● ● ●
			OG2.1.4- Garantir a Segurança Interna	Grau de cumprimento	70%	Anual	Elaborar Plano de Segurança Interno Creche Eng.º António Pascoal;  Formar e reestruturar equipas de Segurança; Realizar simulacros;  Implementar medidas de autoproteção.	Elaborar Plano de Segurança Interno Creche Eng.º António Pascoal;  Formar e reestruturar equipas de Segurança; Realizar simulacros;  Implementar medidas de autoproteção.	●



## Avaliação PLANO DE AÇÃO 2018

	OG2.2- Proceder à implementação do Sistema de Gestão Documental	002.2.1- Garantir o rastreio de toda a informação documental na Fundação Organizar os documentos	Grau de implementação	80%	Anual	Retomar a dinamização do Processo de Gestão Documental: Produção e codificação de documentos; Validação e aprovação dos documentos produzidos; Arquivo da documentação; Divulgação e utilização da documentação; Controle de cópias e de versões; Controle de documentos obsoletos; Revisão e atualização de documentos. Redefinir procedimentos de arquivo de documentação da Instituição	
OE2 - Implementar o Sistema de Gestão da Qualidade (Cont)	OG2.3 - Melhoria da qualidade alimentar	002.3.1- Controlar os Stocks da Instituição	Grau de implementação	100%	Mensal	Dar cumprimento e melhorar o Circuito de Aquisição, Receção e Distribuição das Mercadorias na Instituição, operacionalizando o módulo de gestão de Stock da F3M Alcançar Stock mínimo das mercadorias Reduzir custos Reduzir desperdícios alimentares Apostar nos produtos frescos Prospecção de mercado Novos fornecedores	
		002.3.2- Analisar os consumos e os stocks	Grau de permanência média das MIP/Mercadoria sem Armazém	10%	Mensal		
	OG2.4 - Implementação e desenvolvimento do Plano de Manutenção	002.4.1- Acompanhar o plano de manutenção dos equipamentos, de modo a garantir a segurança e a boa imagem da Fundação	Grau de implementação	90%	Mensal	Preservação do património: Vedação e identificação dos terrenos, limpeza e manutenção dos terrenos; Acompanhamento das reparações do C.I ao abrigo da garantia realizadas pela Marvoense; Melhorar o processo de Gestão/Manutenção das instalações, equipamentos e materiais (Interna e externa); Registrar ações de Manutenção das instalações; Elaborar plano Limpeza e desinfestação das instalações; Concluir Plano de Manutenção Preventiva e Interventiva dos equipamentos;	
				Nº de vistorias	Anual		
				Nº de reuniões	Mensal		
				1			



## Avaliação PLANO DE AÇÃO 2018

				1		Elaborar Plano de Manutenção Preventiva e Interventiva dos Edifícios	
OE3 - Implementar Boas Práticas de Gestão de Pessoas e Competências	OG3.1- Melhorar as competências dos colaboradores	OG3.1.1- Aumentar o espírito de pertença dos colaboradores à Instituição	Envolvimento nas iniciativas da Instituição	6	Anual	Dinamizar aulas de Ginástica para colaboradores;	●
		OG3.1.2- Garantir a formação adequada às necessidades dos trabalhadores	Necessidades formativas propostas pelo colaborador	35	Bianual	Dinamizar iniciativas conjuntas entre Instituição e Colaboradores;	●
	OG3.2- Proceder à Avaliação de Desempenho dos Colaboradores	OG3.2.1- Melhorar o desempenho do colaborador	Índice de satisfação dos colaboradores	100%	Anual	Dinamizar Plano de Formação alvo de Candidatura ao 2020;	●
		OG3.2.2- Contribuir para a satisfação dos objetivos estratégicos da Instituição	Grau de cumprimento dos deveres	3	Anual	Formação dinamizada internamente por colaboradores formadores;	●
						Elaborar conteúdos programáticos;	
						Acompanhar a execução do plano de formação	
						Realizar levantamentos de necessidades formativas para frequência de formação externa	
						Dinamizar o processo de Avaliação de Desempenho, divulgação e recolha de sugestões de melhoria junto dos colaboradores;	●
						Formar a equipa de avaliadores e suas responsabilidades;	
						Aplicar os questionários aos avaliados;	
						Realizar reuniões com os avaliados;	
						Envolver os colaboradores no desenvolvimento e execução do processo de avaliação.	
						Aplicar inquéritos de satisfação aos colaboradores;	●
						Envolver os colaboradores na melhoria interna;	
						Implementar as sugestões executáveis;	
						Estudo e elaboração de incentivo aos trabalhadores exemplares;	





Associação Comercial e Industrial do  
Distrito de Aveiro  
Associação Comercial e Industrial do  
Distrito de Aveiro

## Avaliação PLANO DE AÇÃO 2018

<b>OE3 - Implementar Boas Práticas de Gestão de Pessoas e Competências (Cont.)</b>	<b>OG3.2- Melhorar o processo de seleção e recrutamento de novos colaboradores</b>	<b>OO3.2.1- Aplicar novas técnicas de recrutamento</b> <b>OO3.2.2- Planear e avaliar o acolhimento de novos colaboradores</b>	<b>Número de novos colaboradores com plano de acolhimento realizado/número total de colaboradores</b>	<b>100% Novas contratações</b>	<b>Anual</b>	Aplicar testes de avaliação psicológica; Reformulação de metodologias de seleção; Disseminação Interna do Manual de Ética; Elaboração de Planos de Procedimentos internos de cada área.	<input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>
	<b>OG4.1- Reforçar o investimento na missão</b>	<b>OO4.1.1- Aumentar os proveitos da Fundação</b>	<b>Retorno do Investimento</b>  <b>Resultado líquido do exercício</b>  <b>Rotação do ativo</b>	<b>1</b>  <b>&gt; 0 €</b>  <b>13%</b>	<b>Anual</b>	Elaboração de candidatura aos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI) –Portugal 2020; Colaborar na elaboração e execução de um plano de angariação de fundos; Semestralmente colaborar na revisão do plano de angariação de fundos; Aplicação das verbas no desenvolvimento da missão da Fundação	<input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>
	<b>OG4.2 - Diminuição do Risco e dependência financeira</b>	<b>OO4.2.1- Rentabilizar recursos</b>  <b>OO4.2.2- Redução dos custos de estrutura pelo uso mais eficiente dos ativos</b>	<b>Rentabilidade operacional da atividade</b>  <b>Endividamento</b>  <b>Autonomia Financeira</b>	<b>30%</b>  <b>54%</b>  <b>30%</b>	<b>Anual</b>	Elaborar as seguintes propostas/projetos, plano de negócios: -Aluguer de salas para formação; -Arrendamento dos terrenos agrícolas; - Rentabilização do ginásio; -Produção agrícola para auto-consumo da Instituição; Atingir a capacidade máxima das respostas sociais; Aumento do resultado líquido; Renegociação de dívida com outra entidade bancária após a extinção do CSCDA	<input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>



Fundação Casa do Respeito à  
Segurança Social e Saúde  
do Estado de Pernambuco

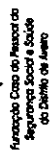
## Avaliação PLANO DE AÇÃO 2018

OE4 - Atingir um Modelo Sustentável e Equilibrado de Funcionamento (cont)	OG4.3- Reduzir custos de funcionamento	OO4.3.1- Reduzir consumos	Custos gastos totais/atividade	>5%	Produzir informação económico-financeira de apoio à decisão com os indicadores de custos/relevância; Renegociação de contratos de Serviços (energéticos, seguros, Manutenção de AVAC, elevadores, Software de gestão, HST, controlo pragas)	
	OG4.4- Adotar práticas sustentáveis amigas do ambiente	OO4.4.1- Contribuir para a proteção do meio ambiente	Nº de iniciativas	>5	Ações de sensibilização poupança de consumíveis (água, luz, gás, luvas, esponjas, produtos de higiene e limpeza); Reciclar plásticos, papel, vidro e embalagens; Reciclar lixo orgânico: Implementar a compostagem, transformando a matéria orgânica presente no lixo em adubo (composto orgânico a utilizar na horta). Reduzir custos com energia.	
	OG4.5- Monitorizar o cumprimento dos compromissos/obrigações da Instituição com as entidades financiadoras e vice-versa	OO4.5.1- Gerir com rigor os aspetos técnicos, administrativo e financeiros	Financiamentos públicos: ISS IEFP	Conferências	Conferência de todos os montantes transferidos mensalmente pelo ISS, pelo IEFP e/ou outros; Sinalizar e reclamar irregularidades; Conferência do cumprimento do estipulado nos acordos de cooperação	

## Avaliação PLANO DE AÇÃO 2018

		OO4.5.2- Produzir informação econômico-financeira de apoio à decisão	Relatórios Ficheiros de utentes; Mapas de frequência de utentes	0% de desvios	Mensal	Elaboração de relatórios com os indicadores de custos; Supervisão mensal dos ficheiros de mensalidades de utentes e dos mapas de frequência de utentes; Conferência de pagamentos; Articulação da informação superiormente e com os responsáveis por resposta social;	
OE5 - Reforçar a Imagem da Instituição	OG5.1- Implementar um plano de comunicação e Marketing que responda às necessidades diagnosticadas	OG5.1.1- Aumentar a notoriedade da Fundação OG5.2.1- Divulgar as boas práticas da Instituição	Índice de satisfação de clientes		Anual	Execução e implementação de um Plano de Marketing e Comunicação; Continuação na dinamização do facebook; Atualização e dinamização do website da Instituição	
	OG5.2- Dar continuidade ao trabalho em rede e parceria	OG5.2.1- Promover a Dinâmica de Parcerias entre Entidades Públicas e Privadas	Nº de novas parcerias criadas  Envolvimento em ações	2  8	Anual	Atuação e promoção da saúde mental dos clientes da Instituição Projeto "Minor Sal" Avaliação das condições higiénico- sanitárias das instalações; Vacinação contra a Gripe; Envolvimento e participação em ações conjuntas; Reuniões de acompanhamento e de trabalho; Grupos de trabalho; Eventos comunidade, Receção e orientação de estágios Colaboração em estudos e projetos (ex. educa&care); Formação profissional e ações de sensibilização; Cumprimentos dos protocolos estabelecidos; Partilha de recursos e serviços;	





22 Nov 77

						Inserção ocupacional de pessoas com deficiência; Sistema de preparação de medicação aos clientes de E.R.P.I. e C.D. semiautomático; HACCP – Limite Crítico	
--	--	--	--	--	--	---	--





Fundação Casa do Pessoal da  
Segurança Social e Saúde  
do Distrito de Aveiro

Entidade: Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro  
Balço Individual em 31 de Dezembro de 2018

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3,6	4.315.319,87	69.370,22
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis	3,7	0,00	2.592,76
Investimentos financeiros		2.295,42	1.514,68
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros activos financeiros	16	0,00	0,00
		4.317.615,29	73.477,66
Activo corrente			
Inventários	3,10	7.678,39	5.130,50
Clientes	3,16	16.317,12	233.149,03
Adiantamentos a fornecedores		3.224,46	0,00
Estado e outros entes públicos		4.213,06	5.420,60
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	3,16	47.675,05	2.399.312,03
Diferimentos		0,00	0,00
Outros activos financeiros		76.500,00	71.500,00
Caixa e depósitos bancários	3,4,16	97.454,85	125.762,85
		253.062,93	2.840.275,01
Total do activo		4.570.678,22	2.913.752,67
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		106.862,84	91.881,10
Resultados transitados		1.891.144,15	1.720.587,35
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	13	1.672.383,85	5.000,00
		3.670.390,84	1.817.468,45
Resultado líquido do período		253.400,15	299.634,76
Total do fundo de capital		3.923.790,99	2.117.103,21
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3,16	342.697,13	321.795,96
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		342.697,13	321.795,96
Passivo corrente			
Fornecedores	3,16	50.449,08	55.273,49
Adiantamento de clientes	3,16	5.692,00	4.480,54
Estado e outros entes públicos	3,16	29.638,50	28.724,20
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		69.227,21	67.569,57
Diferimentos	16	0,00	160.441,50
Outras contas a pagar	3,16	149.183,31	158.364,20
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		0,00	474.853,50
Total do passivo		646.887,23	796.649,46
Total dos fundos patrimoniais e passivo		4.570.678,22	2.913.752,67

O Conselho de Administração

*Handwritten signatures of the Board of Administration members.*

O CC nº 70715

*Handwritten signature of the Controller General.*





Fundação Casa do Pessoal da  
Segurança Social e Saúde  
do Distrito de Aveiro

Entidade: Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro

Demonstração Individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2018

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
Vendas e serviços prestados	11	1.048.941,96	1.040.235,33
Subsídios, doações e legados e exploração	13	789.210,71	750.350,25
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-183.570,84	-164.211,09
Fornecimentos e serviços externos	19	-276.420,71	-248.380,17
Gastos com o pessoal	19	-1.086.881,23	-1.047.846,32
Ajustamentos de inventários(perdas e reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	16	-409,70	-1.947,09
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas( aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades( perdas e reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	19	79.311,79	11.536,14
Outros gastos e perdas	19	-2.191,91	-1.046,97
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>367.990,07</b>	<b>338.690,08</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7	-101.803,09	-24.261,50
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>266.186,98</b>	<b>314.428,58</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		7,69	7,00
Juros e gastos similares suportados	9,19	-12.794,52	-14.800,82
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>253.400,15</b>	<b>299.634,76</b>
Imposto sobre o rendimento do período	15	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>253.400,15</b>	<b>299.634,76</b>

O Conselho de Administração

*Handwritten signature: João Carlos Pereira*  
2019

O CC nº 70715

*Handwritten signature: Helena*





Fundação Casa do Pessoal da  
Segurança Social e Saúde  
do Distrito de Aveiro

RESULTADOS POR RESPOSTA SOCIAL

Demonstração de Resultados por Resposta Social em 31 de Dezembro 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	Centro de Dia					CRECHE AP			ERPI		CRECHE CI		TOTAL
	78.433,10	83.701,01	76.600,31	747.385,27	62.822,27	1.048.941,96							
Vendas e serviços prestados													
Subsídios, doações e legados à exploração													
ISS, IP - Centros Distritais	26.669,86	165.941,65	110.406,77	373.740,14	110.941,42	787.699,84							
Outros	151,09	302,17	226,63	604,35	226,63	1.510,87							
Variação nos Inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-23.818,20	-24.609,72	-5.521,33	-124.100,55	-5.521,04	-183.570,84							
Fornecimentos e serviços externos	-35.996,79	-20.447,97	-22.839,62	-167.761,90	-29.374,43	-276.420,71							
Gastos com pessoal	-44.217,51	-90.117,09	-141.828,57	-684.236,19	-126.481,87	-1.086.881,23							
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	-409,70	-409,70							
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Outros rendimentos e ganhos	883,19	1.050,26	14.228,02	61.963,96	1.186,36	79.311,79							
Outros gastos e perdas	-213,16	-429,07	-322,27	-891,65	-335,76	-2.191,91							
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-355,22	-5.192,83	-12.958,90	-82.303,84	-992,30	-101.803,09							
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.536,36	110.198,41	17.991,04	124.399,59	12.061,58	266.186,98							
Juros e rendimentos similares obtidos	0,36	1,57	1,29	3,18	1,29	7,69							
Juros e gastos similares suportados	-979,84	-2.236,48	-3.388,66	-4.469,85	-1.719,69	-12.794,52							
Resultado antes de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Resultado líquido do período	556,88	107.963,50	14.603,67	119.932,92	10.343,18	253.400,15							

O Conselho de Administração

O CC nº 70715

Helena Reis

F. Pereira  
M. Pereira  
J. Pereira







Fundação Casa do Pessoal da  
Segurança Social e Saúde  
do Distrito de Aveiro

RESULTADOS POR RESPOSTA SOCIAL

Demonstração de Resultados por Resposta Social em 31 de Dezembro 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	CENTRO DIA		SAD		CRECHE AP		ERPI		CRECHE CI		TOTAL	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Vendas e serviços prestados	78.433,10	78.076,84	83.701,01	73.502,58	76.600,31	75.855,27	747.385,27	740.545,64	62.822,27	71.855,00	1.048.941,96	1.040.235,33
Subsídios, doações e legados à exploração	26.820,95	25.022,74	156.243,82	153.840,02	110.633,40	104.946,70	374.344,49	360.725,70	111.168,05	105.815,09	789.210,71	750.350,25
ISS, IP - Centros Distritais	26.669,86	25.022,74	165.941,65	153.840,02	110.406,77	104.946,70	373.740,14	360.725,70	110.941,42	105.815,09	787.699,84	750.350,25
Outros	151,09	0,00	302,17	0,00	226,63	0,00	604,35	0,00	226,63	0,00	1.510,87	2.341,85
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade consumidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Costo das mercadorias vendidas e das matérias	-23.818,20	-20.754,23	-24.609,72	-20.676,16	-5.521,33	-3.469,49	-124.100,53	-115.867,41	-5.521,04	-3.443,80	-183.570,84	-164.211,09
Fornecimentos e serviços externos	-35.996,79	-31.290,72	-20.447,97	-17.413,51	-22.839,62	-22.970,89	-167.761,90	-150.006,52	-29.374,43	-26.698,53	-276.420,71	-238.778,71
Gastos com pessoal	-44.217,51	-46.354,97	-90.117,08	-94.902,17	-141.828,57	-125.280,19	-694.236,19	-656.028,80	-126.481,87	-125.280,19	-1.086.881,23	-1.047.846,32
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.127,69	-409,70	-819,40	-409,70	-1.947,09
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-409,70	0,00	-409,70	-819,40
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	883,19	297,04	1.050,26	271,31	14.228,02	286,60	61.963,96	10.346,27	1.186,36	334,92	79.311,79	23.891,14
Outros gastos e perdas	-213,16	-56,13	-429,07	-85,87	-322,27	-152,17	-891,65	-581,07	-335,76	-171,73	-2.191,91	-2.037,56
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos (reversões de depreciação e de amortização)	-355,22	-9.406,19	-5.192,83	-1.875,12	-12.958,90	-2.445,81	-82.303,84	-8.697,92	-992,30	-1.836,46	-101.803,09	-24.261,50
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.536,36	-4.465,62	110.198,42	92.661,08	17.991,04	26.770,02	124.399,59	179.708,20	12.061,58	19.754,90	266.186,98	314.428,58
Juros e rendimentos similares obtidos	0,36	0,74	1,57	1,43	1,29	1,32	3,18	2,63	1,29	0,88	7,69	7,00
Juros e gastos similares suportados	-979,84	-1.190,29	-2.236,48	-2.576,63	-3.388,66	-4.445,93	-4.469,85	-4.578,14	-1.719,69	-2.009,83	-12.794,52	-14.800,82
Resultado antes de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	556,88	-5.655,17	107.963,51	90.085,88	14.603,67	22.325,41	119.932,92	175.132,69	10.343,18	17.745,95	253.400,15	299.634,76

O CC nº 70715

O Conselho de Administração

*Relevo Rei*

*Carla Pereira*  
*Leonor*





Fundação Casa do Pessoal da  
Segurança Social e Saúde  
do Distrito de Aveiro

Entidade: Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2018

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		1.058.674,17	1.058.293,97
Pagamentos de subsídios			0,00
Pagamentos de apoios			0,00
Pagamentos de bolsas			0,00
Pagamentos a fornecedores		-452.573,80	-413.481,59
Pagamentos ao pessoal		-1.086.513,40	-1.047.478,49
Caixa gerada pelas operações		<b>-480.413,03</b>	<b>-402.666,11</b>
<b>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</b>			
Outros Pagamentos		-239.822,61	-172.448,66
Outros recebimentos		800.397,67	754.021,07
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais(1)</b>		<b>80.162,03</b>	<b>178.906,30</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-21.955,99	-22.315,14
Activos Intangíveis			
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de :</b>			
Activos fixos tangíveis		500,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento(2)</b>		<b>-21.455,99</b>	<b>-22.315,14</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Recebimentos provenientes de :</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		7,69	7,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-69.227,21	-67.569,57
Juros e gastos similares		-12.794,52	-14.800,82
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento(3)</b>		<b>-82.014,04</b>	<b>-82.363,39</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes(1+2+3)</b>	4	<b>-23.308,00</b>	<b>74.227,77</b>
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	197.262,85	123.035,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	173.954,85	197.262,85

O Conselho de Administração

*Frederico  
Brida  
Luís da Silva  
Leonor*

O CC nº 70715

*Helena Reis*





Fundação Casa do Pessoal da  
Segurança Social e Saúde  
do Distrito de Aveiro

Entidade: Fundação Casa do Pessoal e S.S.S. Distrito de Aveiro  
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais							Total	Interesses Minoritários	Total Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos Activos Financieros	Excedentes de Revalorização	Outras variações fundos patrimoniais			
Posição no início do período 2017	(1)	0,00 €	0,00 €	78.404,41 €	1.464.530,80 €	0,00 €	0,00 €	15.131,56 €	289.533,24 €	0,00 €	1.817.787,58 €
Alterações no período											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período	(3)	0,00 €	0,00 €	13.476,69 €	1.464.530,80 €	0,00 €	0,00 €	5.000,00 €	289.634,76 €	0,00 €	1.782.642,25 €
Resultado Extensivo	(4 = 2+3)	0,00 €	0,00 €	13.476,69 €	1.464.530,80 €	0,00 €	0,00 €	5.000,00 €	289.533,24 €	0,00 €	1.782.642,25 €
Operações com Instituições no Período											
Fundos		0,00 €	0,00 €	91.881,10 €	1.720.587,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.812.468,45 €
Subsídios, Doações e legados		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5.000,00 €	0,00 €	0,00 €	5.000,00 €
Outras operações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Posição no fim do período 2017	(5)	0,00 €	0,00 €	91.881,10 €	1.720.587,35 €	0,00 €	0,00 €	5.000,00 €	289.634,76 €	0,00 €	2.117.103,21 €
Posição no fim do período 2017	(6 = 1+2+3+5)	0,00 €	0,00 €	91.881,10 €	1.720.587,35 €	0,00 €	0,00 €	5.000,00 €	289.533,24 €	0,00 €	2.117.103,21 €

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais							Total	Interesses Minoritários	Total Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos Activos Financieros	Excedentes de Revalorização	Outras variações fundos patrimoniais			
Posição no início do período 2018	(1)	0,00 €	0,00 €	91.881,10 €	1.720.587,35 €	0,00 €	0,00 €	5.000,00 €	289.634,76 €	0,00 €	2.117.103,21 €
Alterações no período											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período	(3)	0,00 €	0,00 €	14.981,74 €	1.705.586,80 €	0,00 €	0,00 €	1.672.383,85 €	253.400,15 €	0,00 €	2.111.372,54 €
Resultado Extensivo	(4 = 2+3)	0,00 €	0,00 €	14.981,74 €	1.705.586,80 €	0,00 €	0,00 €	1.672.383,85 €	253.400,15 €	0,00 €	2.111.372,54 €
Operações com Instituições no Período											
Fundos		0,00 €	0,00 €	106.862,84 €	1.891.144,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.998.006,99 €
Subsídios, Doações e legados		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.672.383,85 €	0,00 €	0,00 €	1.672.383,85 €
Outras operações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Posição no fim do período 2018	(5)	0,00 €	0,00 €	106.862,84 €	1.891.144,15 €	0,00 €	0,00 €	1.672.383,85 €	253.400,15 €	0,00 €	3.923.790,99 €
Posição no fim do período 2018	(6 = 1+2+3+5)	0,00 €	0,00 €	106.862,84 €	1.891.144,15 €	0,00 €	0,00 €	1.672.383,85 €	253.400,15 €	0,00 €	3.923.790,99 €

O CC nº 70715

O Conselho de Administração

Relatório

Assinaturas  
Presidente  
Membros

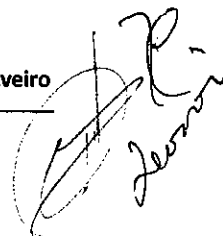




Fundação Casa do Pessoal da  
Segurança Social e Saúde  
do Distrito de Aveiro

# Fundação Casa Pessoal da S.S.S. do Distrito Aveiro

Anexo ao BDR



## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	23
5	Ativos Fixos Tangíveis .....	23
6	Ativos Intangíveis .....	24
7	Locações.....	25
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	25
9	Inventários .....	26
10	Rédito .....	27
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	27
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	27
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	28
14	Imposto sobre o Rendimento .....	28
15	Benefícios dos empregados .....	28
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	30
17	Outras Informações .....	30
17.1	Acontecimentos após data de Balanço.....	35





## **1 Identificação da Entidade**

### **1.1- Denominação da Entidade :**

-Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro com o NIPC 509 268 749 , Instituição particular de Solidariedade Social (IPSS) “

**1.2- Sede:** Rua Drº Alberto Souto nº 5 r/ch, 3800-301 Aveiro

### **1.3- Natureza da atividade:**

A Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro é uma instituição particular de solidariedade social (IPSS), sem fins lucrativos, com sede na Rua Drº Alberto Souto nº 5 r/ch 3800-301 Aveiro, teve o seu início de atividade a 01/04/2010 e a sua atividade principal insere-se no CAE 94995-Outras Atividades, a Instituição tem ainda como CAES secundários os seguintes:

87301- Atividades de apoio social a pessoas idosas com alojamento;

88101- Atividades de apoio social a pessoas idosas sem alojamento;

88910- Atividades de cuidados para crianças sem alojamento.

A sua atividade é exercida nos Equipamento sociais: – **Centro Integrado**, com Creche, Lar de Idosos, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, que se situa na Rua Quinta do Casal, 4 - 3810-Aveiro, a na - **Creche Eng.º António Pascoal**, construída ao abrigo do P.O.F.D.S.- Programa Operacional Formação e Desenvolvimento Social, medida 5.6, , sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, nº153, Aveiro.

O seu objetivo é a prossecução de atividades de carácter social, que se regerá pelas disposições legais e aplicáveis e pelos seus estatutos.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;

- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)
- As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.
- 2.2 - Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.
- 2.3 - As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2017, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de Dezembro de 2018.

### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.
- Os bens do património histórico, artístico e cultural não são depreciados

#### **Principais pressupostos relativos ao futuro**

- As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.
- As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.



*[Handwritten signature]*  
Leandro

### **Principais fontes de incerteza das estimativas**

- As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da Instituição são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa dos membros do órgão de gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.
- Os eventos futuros poderem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospetiva .

### **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1 – Alterações nas políticas contabilísticas**

Não existiram alterações nas políticas contabilísticas

#### **3.2.2-Alterações nas estimativas contabilísticas**

Quando a aplicação de uma disposição desta Norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente, não houve alterações nas estimativas contabilistas.

#### **3.2.3 - Ativos Intangíveis**

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	3 anos
Programas de Computador	3 anos
Propriedade industrial	3 anos
Outros Ativos Intangíveis	3 a 10 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

#### 3.2.4 - Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



*[Handwritten signature]*  
J. Amor

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Sem vida útil definida
Edifícios e outras construções	25 a 30
Equipamento básico	12 a 15
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	4
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros Activos fixos tangíveis	4 a 6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

### 3.2.5 -Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### **3.2.6 -Propriedades de Investimento**

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### **3.2.7- Investimentos financeiros**

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são





registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### **3.2.8 -Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Como fórmula de custeio dos inventários a entidade adota o método do FIFO- Primeira entrada, primeira saída

	Ano 2018			Ano 2017		
	Qta Bruta	Perdas p/Imp.	Qta Liq.	Qta Bruta	Perdas p/Imp.	Qta Liq.
Mercadorias	817,00	0.00	817,00	817,00	0.00	817,00
Matérias-primas, Subs.Consumo	6.861,39	0.00	6.861,39	4.313,50	0.00	4.313,50
Produtos Acab.e interm.	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Adin.Conta Compras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Valores em euros

**A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;**

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

	Ano 2018			Ano 2017		
	Merc.	MP, Sub e consumo	Total	Merc.	MP, Sub e consumo	Total
Saldo inicial	0.00	4.313,50	4.313,50	0.00	6.850,01	6.850,01
Compras	0.00	217.343,98	217.343,98	0.00	192.789,58	192.789,58
Regularizações	0.00	-31.225,24	-31.225,24	0.00	-31.115,00	-31.115,00
Saldo final	0.00	6.861,39	6.861,39	0.00	4.313,50	4.313,50
C.M.V.M.C	0.00	183.570,84	183.570,84	0.00	164.211.09	164.211.09



### 3.2.9 - Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Lista de Doadores da Instituição em 2018:

Doadores	Número Contribuinte	Valor
Linda Tânia Regalado Julião	226 497 321	6,00
Vera Lucia Freire Matias	228 404 312	5,00
Farmácia nova	507 829 441	2.283,91
<b>TOTAL</b>		<b>2.294,91</b>

### **Outros ativos e passivos financeiros**

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

### **Ativos financeiros**

#### **Clientes e outras contas a Receber**

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

A rubrica perdas por imparidade apresenta um decréscimo face ao ano anterior de 10.840,15€ uma vez que já foi efetuado o reconhecimento de 100% da imparidade, e foram encetados todos os esforços jurídicos para a recuperação das dívidas, sem sucesso, pois uns clientes já



faleceram e outros foram considerados insolventes. Não existe perspetiva do recebimento das dívidas.

“Segundo o parágrafo 25, da NCRF 27 estabelece alguns tipos de evidências objetivas de eventos de perda para se verificar se existe a necessidade, ou não, do reconhecimento da perda de imparidade, como por exemplo: significativa dificuldade financeira do devedor; não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida no prazo estabelecido contratualmente; probabilidade do devedor entrar em falência (Insolvência); e outras.

Com a verificação de evidências objetivas da existência destes eventos de perda, a entidade passa a reconhecer a perda por imparidade, reduzindo, ou anulando na totalidade, o valor do ativo.

Por outro lado, de referir, que os montantes de dívidas de clientes (ativo financeiro) apenas devem ser desreconhecidos, quando se receberem os referidos montantes ou se de alguma forma se extinguir o direito a receber os valores, por exemplo, por declaração de créditos incobráveis por extinção do processo de execução, devido a não existirem bens penhoráveis do devedor, ou por outro ato administrativo, legal ou judicial, conforme disposto no parágrafo 31 da NCRF 27.”

-Instituição tem os seguintes ativos financeiros:

	Ano 2018			Ano 2017		
	Qta Bruta	Imparidade	Qta Escrit.	Qta Bruta	Imparidade	Qta Escrit.
<b>Ativos financeiros:</b>						
Caixa	1.000,00	0.00	1.000,00	880,00	0.00	880,00
Depósitos á ordem	96.454,85	0.00	96.454,85	124.882,85	0.00	124.882,85
Clientes	19.358,22	3.041,10	16.317,12	233.345,93	1.947,09	231.398,84
Outras contas a receber	46.675,05	0.00	46.675,05	2.399.312,03	0.00	2.399.312,03
Estado O. E. Públicos	4.213,06	0.00	4.213,06	5.420,60	0.00	0.00

**Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

	2018	2017
Numerário	1.000,00	880,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	96.454,85	124.882,85
Aplicações de tesouraria	76.500,00	71.500,00
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>173.954,85</b>	<b>197.262,85</b>

**Cientes,**

-A conta clientes apresentam um saldo de 16.317,12€, um decréscimo muito acentuado em relação ao ano anterior, pois o montante de 224.984,82€ dizia respeito a um contrato de prestação de serviços vitalício celebrado a 29/10/2012 e firmado com o utente Sr<sup>o</sup> António Ratola de Oliveira no valor total de 239.500,00€, conforme escritura de Dação em cumprimento datada de 17/12/2012., este movimento teve que ser anulado, uma vez que o Sr<sup>o</sup> Ratola faleceu por contrapartida da conta diferimentos – rendimentos a reconhecer e contabilizando a diferença em resultados transitados.

-Em 2018 foi reconhecida uma perda por imparidade de clientes no montante de 409,70€, referente a clientes de cobrança duvidosa.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 a decomposição da rubrica clientes de cobrança duvidosa cujas faturas se encontram vencidas com significativa antiguidade é como segue:

Código	Cliente	Débito	Mora (meses)
27087	Lucas de Castro Neves	795,60€	29 meses
28093	Sofia Catarina Esteves e Silva	967,90	15 meses
28094	Alice de Oliveira Rebelo Jesus Pereira	364,60	17 meses
28110	Miguel de Oliveira Rebelo Jesus Pereira	306,30	17 meses
	<b>Total</b>	<b>2.434,40€</b>	

A rubrica perdas por imparidade apresenta um decréscimo face ao ano anterior de 10.840,15€ uma vez que já foi efetuado o reconhecimento de 100% da imparidade, e foram encetados todos os esforços jurídicos para a recuperação das dívidas, sem sucesso, pois uns clientes já



*[Handwritten signature]*  
Jenior

faleceram e outros foram considerados insolventes. Não existe perspectiva do recebimento das dívidas.

**Outras contas a receber:**

O valor de 42.121,10€ diz respeito a um empréstimo efetuado ao CCD513.

-O montante de 1.592,45€ diz respeito a gastos a reconhecer, despesas pagas em 2018 que se reportam a gastos de 2019, como é o caso dos seguros.

**Passivos financeiros:**

	Ano 2018			Ano 2017		
	Qta Bruta	Imparidade	Qta Escrit.	Qta Bruta	Imparidade	Qta Escrit.
Fornecedores	50.449,08	0.00	50.449,08	55.233,49	0.00	55.233,49
Adiantamento clientes	5.692,00	0.00	5.692,00	4.480,54	0.00	4.480,54
Financiamentos obtidos	69.227,21	0.00	69.227,21	67.569,57	0.00	67.569,57
Outras contas a pagar	149.183,31	0.00	149.183,31	158.140,45	0.00	158.140,45
Estado O.E. Públicos	29.638,50	0.00	29.638,50	28.724,20	0.00	28.724,20

**Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

-A conta de adiantamento a clientes no montante de 5.592,00€ diz respeito a créditos efetuados a alguns utentes e que serão descontados no próximo pagamento.

A conta Financiamento obtidos de curto prazo diz respeito :

Amortização do empréstimo anual - Mgeral nº 189-36.000068-2 no montante de -69.227,21€

**Outras contas a pagar:**

-Outras contas a pagar apresenta um saldo de 149.183,31€, o valor de 141.967,06€ diz respeito á conta de acréscimos de gastos referente aos encargos com férias e subsídio de férias que irão ser pagas em 2019, o valor de 6.992,50€ diz respeito ao valor de inventário referente a material de escritório e material de higiene, cuja aquisição foi em 2018 e o consumo será efetuado em 2019, aplicabilidade do regime de acréscimo (periodização económica).

- A conta Estado O. E. Públicos reflete um saldo de credor de 29.638,50€ referente a contribuições a pagar á segurança Social, IRS de trabalho dependente e independente referente a 2018 e a pagar em Janeiro de 2019.

O saldo devedor no valor de 4.213.06€ diz respeito ao montante a receber referente a 50% de restituição do Iva de produtos alimentares.

**3.2.9 - Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

	<b>Reservas</b>	<b>Resultados Transitados</b>	<b>Variação fundos patrimoniais</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo final em 31/12/2017</b>	<b>91.881,11</b>	<b>1.720.587,35</b>	<b>5.000,00</b>	<b>1.817.468,46</b>
Adições	14.981,73	170.556,80	1.667.383,85	1.852.922,38
Alienações				
<b>Saldo final em 31/12/2018</b>	<b>106.862,84</b>	<b>1.891.144,15</b>	<b>1.672.383,85</b>	<b>3.670.390,84</b>





*[Handwritten signature]*  
Leonor

A rubrica variação dos fundos patrimoniais apresenta o valor de 1.672.383,85 que diz respeito ao seguinte:

Pelo processo de extinção do CSCDA513, doação de 2 edifícios, o edifício de Centro Integrado e o edifício da Creche Eng<sup>o</sup> António Pascoal que foi registado pelo valor contabilístico com que estava registado da contabilidade do doador.

**DOACÕES:**

Edifício Centro Integrado-3.887.424,65€;

Edifício Creche CEAP-435.779,34€;

Viatura Seat Inca 61-32-RS- 500€;

Pela passagem das contas conectas aos edifícios: 4.137.323,04€;

A conta resultados Transitados apresenta um saldo de 170.556,80€, porque, devido ao falecimento de um utente ; Sr<sup>o</sup> António Ratola; para o qual tinha sido efetuado uma dação em cumprimento referente a um contrato de prestação de serviços vitalício no valor de 239.5000,00€, teve que ser relevada a diferença, pela não conclusão do contrato.

Com a doação dos edifícios pelo CSCDA513 e consequente passagem de contas afetas a esses edifícios, efetuou-se um acerto na comparticipação financeira referente à candidatura Pares, que pelo seu encerramento originou um desvio , este tinha sido relevado na contabilidade no valor de 38.350,00€ e que originou que se efetua-se a devida correção, o facto de se tratarem de montantes elevados e de períodos anteriores, foram relevados na conta de resultados transitados.

**3.2.10 - Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

#### Não aplicável

#### 3.2.11 - Financiamentos Obtidos

##### Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

-Foi obtido um Crédito ao Investimento ao abrigo da linha de crédito á economia social no montante de 500.000,00€ através do Banco Montepio Geral, cujas condições do referido financiamento estão celebradas no contrato de mútuo nº189.36-000068-2.

Finalidade Empréstimo	Instituição Bancária	Data da Constituição	Prazo Amortização	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
Crédito ao Investimento	Montepio Geral	Dezembro 2012	82 meses	320.138,32	389.365,53



Pela Doação do Edifício Creche Eng<sup>o</sup> António Pascoal e consequente passagem de empréstimo Bancário no BCP afeto ao edifício no valor de 91.786,02€.

### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### **Não aplicável**

#### **3.2.12 - Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5 Ativos Fixos Tangíveis**

##### Bens do domínio público

Não aplicável

##### Bens do património histórico, artístico e cultural

Não aplicável

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Terrenos	Edif.O.Const	Eq. Básico	Eq.Transp.	Eq. Adm	Total
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>36.500,00</b>	<b>39.405,24</b>	<b>51.722,28</b>	<b>54.421,40</b>	<b>12.501,01</b>	<b>194.727,05</b>
Aquisições	0.00	4.323.203,99	1.569,67	16.038,25	3.425,57	4.344.237,48
Revalorizações	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Alienações	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>36.500,00</b>	<b>4.362.609,23</b>	<b>53.291,95</b>	<b>70.459,65</b>	<b>15.926,58</b>	<b>4.538.964,53</b>

Valores em euros

**Depreciações e Perdas por Imparidade acumuladas**

	<b>Edif.O.Const.</b>	<b>Eq.Basico</b>	<b>Eq.transp.</b>	<b>Eq.Administ.</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>25.012,97</b>	<b>34.260,42</b>	<b>54.421,40</b>	<b>11.484,92</b>	<b>127.902,70</b>
Deprec. do Exercic.	87.793,68	4.446,99	4.009,56	2.037,60	101.803,09
Alienações	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>112.806,65</b>	<b>38.707,41</b>	<b>58.430,96</b>	<b>13.522,52</b>	<b>223.644,66</b>

**6 Ativos Intangíveis**Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público:

**Não aplicável**

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	<b>Programas de Computadores</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo final em 31/12/2017</b>	<b>10.358,42</b>	<b>10.358,42</b>
Adições	922,5	3.515,26
Alienações	0.00	0.00
<b>Saldo final em 31/12/2018</b>	<b>11.280,92</b>	<b>11.280,92</b>



*Handwritten signature and date: 28. Janeiro*

	Amortizações e perdas de imparidade acumuladas	Total
Saldo final em 31/12/2017	7.765,66	7.765,66
Amortizações do período	3.515,26	3.759,93
Saldo final em 31/12/2018	11.280,92	11.280,92

## 7 Locações

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

**Não Aplicável**

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

### Dados do Crédito

**Finalidade:** Crédito ao Investimento

**Montante do Empréstimo:** 489.486,12 €

**Prémio de Seguro:** 0,00 €

**Periodicidade de Reembolso:** Mensal

**Tipo de Reembolso:** Prestações Constantes

**Prazo do Contrato:** 52 meses

**Período de Carência:** 0 meses

### Taxas

**Tipo de Taxa:** Indexada

**Indexante:** -0,1450 %

**Spread:** 2,7500 %

**Taxa Nominal:** T.A.N. (EURIBOR-6 MESES + Spread de 2,7500 %): 2,434 %

**TAE:** 2,434 %

Mês/Ano	Capital (Fim mês)	Juro	Amortização Prestação	Prestação
Janeiro 2018	383.689,10	845,25	5.677,60	6.522,85
Fevereiro 2018	377.999,17	832,93	5.689,93	6.522,85

Março 2018	372.296,89	820,57	5.702,28	6.522,85
Abril 2018	366.582,23	808,19	5.714,66	6.522,85
Maio 2018	360.855,17	795,79	5.579,96	6.522,85
Junho 2018	355.115,67	783,36	5.739,50	6.522,85
Julho 2018	349.363,72	770,90	5.751,96	6.522,85
Agosto 2018	343.599,27	758,41	5.764,44	6.522,85
Setembro 2018	337.822,32	745,90	5.776,96	6.522,85
Outubro 2018	332.032,82	733,36	5.789,50	6.522,85
Novembro 2018	326.223,75	720,79	5.802,07	6.522,85
Dezembro 2018	320.416,09	708,19	5.814,66	6.522,85

## 9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	Ano 2018			Ano 2017		
	Qta Bruta	Perdas p/Imp.	Qta Liq.	Qta Bruta	Perdas p/Imp.	Qta Liq.
Mercadorias	817,00	0.00	817,00	817,00	0.00	817,00
Matérias-primas, Subs.Consumo	6.861,39	0.00	6.861,39	4.313,50	0.00	4.313,50
Produtos Acab.e interm.	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Adin.Conta Compras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Valores em euros





### 9.1- A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

	Ano 2018			Ano 2017		
	Merc.	MP, Sub e consumo	Total	Merc.	MP, Sub e consumo	Total
Saldo inicial	0.00	4.313,50	4.313,50	0,00	6.850,01	6.850,01
Compras	0.00	217.343,98	217.343,98	0.00	192.789,58	192.789,58
Regularizações	0.00	-31.225,24	-31.225,24	0.00	-31.115,00	-31.115,00
Saldo final	0.00	6.861,39	6.861,39	0,00	4.313,50	4.313,50
C.M.V.M.C		183.570,84	183.570,84	0.00	164.211,09	164.211,09

Valores em euros

## 10 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	1.048.941,96	1.040.451,33
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	7,69	7,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.048.949,65</b>	<b>1.040.458,33</b>

## 11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Provisões

Não aplicável

**Passivos contingentes**

“Relatar os passivos contingentes existentes, bem como os efeitos que podem ter e quais as incertezas que o mesmo acarreta, devendo ser indicado se existe a possibilidade de haver um exfluxo associado ao referido passivo contingente.”

**Ativos contingentes**

“Descrever quais os ativos contingentes existentes e que efeitos estes podem ter”

**Não aplicável**

**12 Subsídios do Governo e apoios do Governo**

**Ano 2018**

	Natureza	Montante Total	Montante Recebido	Fundo Patrimonial	Rédito Período	Rédito Acumula.
<b>Subsídios exploração</b>	à Compartici pações ISS,IP	787.699,84	787.699,84		787.699,84	0.00
<b>Subsídios exploração</b>	à Subsidio IEFP	1.510,87	1.510,87		1.510,87	0.00

Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como “Subsídios à exploração” na demonstração dos resultados.

**12.1 - Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades**

**Não aplicável**

**13-Efeitos de alterações em taxas de câmbio**

**Não aplicável**

**14-Imposto sobre o Rendimento**

**Não aplicável**



## 15 Benefícios dos empregados

### 15.1 - Número médio de empregados durante o ano

	2018	2017
Número médio de empregados	82	82

### 15.2 -Compromissos existentes em matérias de pensões

Não aplicável

### - 15.3 -Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Composição dos órgãos sociais da Instituição:

#### CONSELHO GERAL

Função	Nome
Presidente	António Celestino Pereira de Almeida
Vogal	Vitor Manuel Aguiar Gomes
Vogal	Mario Castelhana
Vogal	Maria Helena Ferreira de Carvalho Pereira
Vogal	Maria Odete Jubero Belo Cardoso Martins Oliveira
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Função	Nome
Presidente	José Díegues de Carvalho
Tesoureiro	Ilídio da Silva Borges
Secretário	António Francisco Lopes Oliveira
Vogal	Manuel Pereira Cabral Monteiro
Vogal	Maria Leonor Fernandes Oliveira
CONSELHO FISCAL	
Função	Nome
Presidente	Alcindo Manuel Seabra Nascimento
Vogal	Lúcia Maria Silva Falcão Ribeiro
Vogal	Rui Jorge G. Rocha Maio Macário

O número de membros do órgão diretivo, são 5, um presidente, 1 tesoureiro, 1 secretário e 2 vogais.

**c) - Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão**

De acordo com o capítulo quarto, artigo vigésimo (Gratuidade dos cargos), dos Estatutos da Associação, os órgãos diretivos não são remunerados.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	795.467,65	763.713,22
Remunerações adicionais	76.548,25	78.092,47
Indemnizações	3.858,92	9.680,10
Encargos sobre as Remunerações	186.685,93	182.647,88
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	13.678,42	10.666,56
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	10.642,06	3.042,61
<b>Total</b>	<b>1.086.881,23</b>	<b>1.047.846,32</b>

## 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



**Número Médio de Utentes:**

Respostas Sociais	2018	2017
Creche Eng <sup>o</sup> António Pascoal	32	32
Creche Centro Integrado	34	35
ERPI	72	70
Centro de Dia	20	18
Serviço Apoio Domiciliário	40	36
<b>Total</b>	<b>198</b>	<b>191</b>

**Estrutura de gastos;**

- Discriminação e comentário aos principais gastos e rendimentos

**GASTOS**

**Custos das matérias-primas consumidas e matérias de consumo**

Rubricas	2018	2017
Géneros alimentares	154.168,92	139.061,39
Materiais consumos diversos	29.401,92	25.149,70€
<b>Total</b>	<b>183.570,84</b>	<b>164.211,09</b>

Valores em euros

- A conta de géneros alimentares teve um aumento face ao ano anterior de 15.107,53€.
- A conta de materiais diversos, inclui tudo o que é material médico e teve um aumento face ao ano anterior de 3.982,22€

**■ Fornecimentos e serviços externos**

Rubricas	2018	2017
Eletricidade	62.046,90	60.710,90
Combustíveis	10.839,77	9.471,04
Água	13.494,50	13.757,38
Outros Fluidos - Gás	18.392,91	16.699,72

Ferramentas e utensílios	1.702,14	3.631,96
Material de Escritório	4.470,16	3.301,39
Artigos p/ ofertas	320,00	140,00
Rendas e Alugueres	6.348,88	5.410,14
Comunicação	6.317,11	5.552,99
Deslocações e estadas	3.967,75	3.548,00
Honorários	41.069,23	33.766,69
Outros materiais	4.623,37	5.989,81
Conservação e Reparação	33.132,35	14.520,10
Limpeza, Higiene e Conforto	33.927,26	38.851,64
Trabalhos Especializados	15.790,80	15.046,64
Publicidade e propaganda	92,25	0,00
Seguros	8.545,46	7.898,29
Contencioso e notariado	429,30	0,00
Vigilância e segurança	363,77	435,12
Outros Fornecimentos e Serviços	10.546,80	9.735,18
<b>TOTAL</b>	<b>276.420,71</b>	<b>248.466,99</b>

Valores em euros

-A rubrica eletricidade apresenta um valor de 62.046,90€ um aumento 1.336,00€ face ao ano anterior de 2,20%.

-A rubrica rendas e alugueres diz respeito á renda anual de utilização da fotocopiadora, celebrado no âmbito de um contrato de leasing com a GRENKE, e ao aluguer do Touch Mobile Box- dispositivo de controle de acessos.

-A rubrica Água apresenta um valor de 13.494,50€ uma diminuição face ao ano anterior de 1,91% (-262.88€)

-A rubrica de gás apresenta um valor de 18.392,91€ um aumento face ao ano anterior de 10,14% (1.693,19€).

-A rubrica conservação e reparação apresenta um aumento de 18.612,15€ cerca de 128,18% relativamente a 2017, a grande diferença é na conservação e reparação de edifícios e equipamentos, como refere lista abaixo:



Fundação Casa do Pessoal da  
Segurança Social e Saúde  
do Distrito de Aveiro

	2018	2017
Viatura 78-07-JJ	683,10	531,82
Viatura 61-32-RS	516,32	716,80
Viatura 93-38-UN	2.002,90	538,07
Viatura 19-68-ZS	423,61	833,12
Viatura 81-AF-18	31,11	554,19
Viatura 74-CQ-23	0.00	30.70
Viatura 38-PG-43	1.724,57	1.870,99
Viatura 07-PG-55	62.22	200.00
Instalações	22.297,52	7.371,13
Equipamentos	5.178,10	1.873,28
Gerador	150,68	0.00
<b>TOTAIS</b>	<b>33.132,35</b>	<b>14.520,10</b>

Valores em euros

- A conta honorários apresenta o valor de 41.069,23€ que corresponde a um aumento face ao ano anterior 7.302,54€ cerca de 21,62% conforme descrimina em tabela abaixo;

	2018	2017
Advocacia	5.114,34	4.305,00
Animação cultural	420,00	0.00
Cabeleireiro	2.220,00	2.548,50
Enfermagem	7.832,00	7.278,69
Notariado	517,84	0.00
Clínica Geral	11.040,00	11.800,00
Motorista	597,05	169,00
Serviço Jardim	0.00	90,00
Yoga	2.919,00	875,00
Serviços Manutenção	10.209,00	4.735,50
<b>TOTAIS</b>	<b>41.069,23</b>	<b>33.766,69</b>

Valores em euros

-A rubrica Outros Materiais apresenta o valor de 4.623,37€ uma diminuição face ao ano anterior de 1.366,44€ cerca de 22.81%, conforme discriminado em tabela abaixo:

<b>Outros materiais</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Babets	738,00	715,57
Bibes/Bonés	414,67	357,18
Lençóis e toalhas	1.258,04	3.801,31
Toalhetes e resguardos	1.218,45	0.00
Outros materiais	964,21	0.00
<b>Totais</b>	<b>4.623.37</b>	<b>5.989,81</b>

Valores em euros

-A rubrica seguros apresenta um valor de 8.545,46€ um aumento face ao ano anterior de 647,17€ cerca de 8,19%, conforme verificamos em tabela anexa:

<b>Seguros</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Multirriscos	4.141,64	3.928,86
Escolar	243,14	260,88
Viatura 07-PG-55	452,68	421,45
Viatura 38-PG-43	653,69	590,20
Viatura 78-07-JJ	258,99	246,50
Viatura 61-32-RS	203,47	216,85
Viatura 93-38-UN	1.193,76	1.168,30
Viatura 19-68-ZS	371,39	211,75
Viatura 81-AF-18	388,00	385,05
Viatura 64-VE-83	218,95	0.00
Viatura 74-CQ-23	419,75	397,82
<b>Totais</b>	<b>8.545,46</b>	<b>7.898,29</b>

Valores em euros

- O valor de 10.546,80€ que consta da rubrica outros fornecimentos e serviços apresenta um aumento de 811,62€ face ao ano de 2017, diz respeito aos seguintes custos;

<b>Outros Serviços</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Portagens	315,86	247,32
Jornais e revistas	371,00	362,00
Material didático	1.044,63	2.412,95
Estacionamentos	2,90	1.00





Animação eventos	700,37	0.00
Serviços diversos	0.00	1.692,89
Aulas mobilidade geral	3.440,00	720,00
Bilhetes espetáculos	20,00	201,25
Aulas de Musica	2.975,00	4.063,00
Serviços funerários	1.438,00	0.00
<b>Total</b>	<b>10.546,80</b>	<b>9.735,18</b>

Valores em euros

## ■ Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	2018	2017
Remunerações do pessoal	872.015,90	841.805,69
Encargos sobre remunerações	186.685,93	182.651,36
Indemnizações	3.858,92	9.319,70
Seguro de Acidentes de trabalho	13.678,41	10.666,56
Outros gastos com o pessoal	10.642,06	3.042,61
<b>TOTAL</b>	<b>1.086.881,22</b>	<b>1.047.846,32</b>

Valores em euros

-A rubrica, Outros Gastos com o Pessoal no valor de 10.642,06€ refere-se a gastos com medicina no trabalho (2.312,00€), formação profissional (407,50€), bolsa de estágio profissional para o setor administrativo – 3.345,42€ e bolsa estágio inserção para pessoas com deficiência – 4.560,64€ no total de 7.906,06€ e Fardamento (16,50€).

## ■ Outros gastos e perdas

Rubricas	2018	2017
Taxas	697,82	895,62
Correcções relativas a exercícios anteriores	152,49	187,84
Multas e penalidades	1.291,60	0.00
Quotizações	50,00	90,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.191,91</b>	<b>1.173,46</b>

Valores em euros

-Foram pagos 697,82€ em taxas, tais como: taxas de justiça e taxa de serviço utilização de equipamento, referente ao contrato de leasing do fotocopador.

- A rubrica correções relativa a períodos anteriores diz respeito a correções de contas correntes referentes a 2017.

-A rubrica outros acertos diz respeito a correções efetuadas às contas dos utentes, cujo débito foi indevidamente lançado.

-A rubrica quotizações dizem respeito ao pagamento de quotas á UDIPSS.

- A rubrica Multas e penalidades diz respeito a multas referentes a viaturas, ACT.

#### ■ Gastos e perdas de financiamento

Rubricas	2018	2017
Juros de Financiamentos	10.239,35	12.244,58
Juros de mora e compensatórios	0.00	79,25
Serviços Bancários	2.555,17	2.476,99
<b>TOTAL</b>	<b>12.794,52</b>	<b>14.800,82</b>

*Valores em euros*

- A rubrica Juros de financiamentos diz respeito aos juros pagos referente ao empréstimo de 500.000,00€ contraído no Montepio Geral.

### RENDIMENTOS

#### ■ Vendas e Prestações de Serviços

Rubricas	2018	2017
Prestação de serviços	1.048.941,96	1.040.235,33
<b>TOTAL</b>	<b>1.048.941,96</b>	<b>1.040.235,33</b>

*Valores em euros*

-O valor das prestações de serviços no montante de 1.048.941.96€ diz respeito aos diversos serviços que prestamos aos utentes, sendo o montante mais elevado referente à mensalidade dos utentes das seguintes valências como se segue.



Valências	Mensalidades	
	2018	2017
Creche Eng <sup>o</sup> António Pascoal	76.600,31	75.855,27
Creche CI	62.822,27	71.855,00
ERPI	747.385,27	740.945,64
Centro Dia	78.433,10	78.076,84
SAD	83.701,01	73.502,58
<b>TOTAL</b>	<b>1.048.941,96</b>	<b>1.040.235,33</b>

Valores em euros

## ■ Subsídios, doações e legados

Rubricas	2018	2017
Comparticipação ISS, IP	787.699,84	748.123,54
Subsídio do IEFP	1.510,87	2.226,71
<b>TOTAL</b>	<b>789.210,71</b>	<b>750.350,25</b>

Valores em euros

-O subsídio atribuído pelo IEFP diz respeito ao 1º adiantamento referente ao estágio profissional para o setor administrativo.

## ■ Outros Rendimentos e Ganhos

Rubricas	2018	2017
Rendimentos suplementares	393,88	422,97
Desconto pp obtidos	5.141,23	2.152,33
Imputação subsídios ao Investimento	59.593,19	0.00
Restituição impostos	400,56	5.752,95
Donativos	3.531,91	494,01
Reembolsos consignação IRS	2.807,07	2.050,84
Estorno seguro	4.003,54	0.00
Outros Serviços	2.890,41	663,04
Alienação viatura 61-32-RS	500,00	0.00
<b>TOTAL</b>	<b>79.311,79</b>	<b>11.536,14</b>

- A rubrica rendimentos suplementares diz respeito á receita da máquina de café, rendimento devido á celebração de um contrato com a Sercial Vending, SA onde ficou estabelecido que 7% do valor da receita da máquina, reverte a favor da Instituição.
- A rubrica restituição de impostos diz respeito ao reembolso de 50% do Iva referente á aquisição de alguns equipamentos, e a 50% de restituição de Iva dos produtos alimentares.
- O valor referente aos descontos pronto pagamento refere-se ao rappel anual contratualizado com Os fornecedores.

#### 17.1-Acontecimentos após data de Balanço

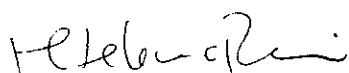
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

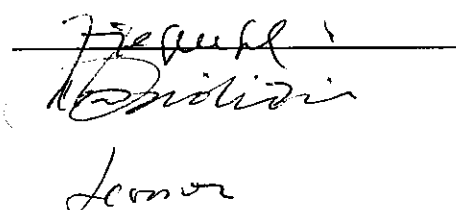
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho Administrativo.

Aradas, 22 de Março de 2019

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





Fundação Casa do Pessoal da  
Segurança Social e Saúde  
do Distrito de Aveiro

## RELATÓRIO ECONOMICO-FINANCEIRO 2018



## INDÍCE

1. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA .....	3
2. INVESTIMENTOS .....	3
3. RECURSOS HUMANOS .....	4
4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	5
5. CONCLUSÃO.....	12



## 1. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

O Presente relatório tem como finalidade apresentar a evolução e acompanhamento da actividade desenvolvida, comparando-a com o mesmo período homólogo. Como podemos verificar pela análise das demonstrações financeiras a Instituição apresentou um ligeiro crescimento face ao ano anterior de 0,82%

## 2. INVESTIMENTOS

O ano de 2018 apresenta um decréscimo nos investimentos em relação ao ano anterior de 5.208,74€ cerca de 19,17%.

### Lista de equipamento adquirido:

#### Equipamento básico:

Varinha Braun Omelete MQ7	79,99
2 Rádios CD Crown	79,98
Máquina Fotográfica Sony dsc-hx60b	214,98
Picadora Moulinex	64,99
Rádio Boombox Audison CDI	39,99
Mesa Articulada	116,54
Carro Hotel Service	265,89
Grades Cama Universal	430,50
Aspirador Secreções Aspimed 2.2	180,81
Mini forno Flama 1545-FL	96,00
<b>Total</b>	<b>1.569,67</b>

Valores em euros

**Equipamento Administrativo:**

Videoprojector Epson EB-X4	519,99
Computador I5/SSD120/8GB	940,04
Relógio de ponto digital	1.965,54
Software F3m Gestão de proteção de dados	922,50
<b>Total</b>	<b>4.348,07</b>

Valores em euros

**Equipamento Transporte:**

Viatura Peugeot Partner – Mat.64-VE-83	16.038,25
<b>Total</b>	<b>16.038,25</b>

**3 - RECURSOS HUMANOS**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Número médio de empregados	82	82

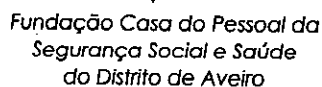
A Instituição apresenta um número médio de 82 colaboradores o que representa na estrutura de gastos um peso de 65,31%.

**Estrutura de Gastos com o Pessoal**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>1.086.881,22</b>	<b>1.047.846,32</b>

Valores em euros





*K. J. Jerns*

- O ano de 2018 evidencia-se por um aumento dos gastos com o pessoal em cerca 39.034,90€ o que representa 3.59% da estrutura de gastos com o pessoal.
- Foi atribuído em Janeiro de 2018 o aumento do salário mínimo nacional de 557€ para 580,00€ a 45 colaboradores, o que implica um aumento anual dos custos com o pessoal de 17.677,80€.
- Houve um aumento dos Seguros de Acidentes de Trabalho de 3.011,85€.
- Foram Pagos 19.838,86€ de custos c/ demissões, Indeminizações proporcional de férias, sub. férias e sub. natal, devido à saída de 28 colaboradores, 13 contrato de substituição e 15 colaboradores efetivos

Os rácios são fundamentais para o conhecimento da situação e evolução económico-financeira de uma Entidade ao longo do tempo, servem também para perceber a sua evolução futura. É a técnica mais utilizada pela análise financeira e serve como um instrumento de apoio para sintetizar uma enorme quantidade de informação, e comparar o desempenho económico-financeiro das entidades ao longo do tempo.

<u>Rátios Financeiros</u>	2018	2017	2016
Autonomia financeira	85,85%	30,68%	30,21%
Endividamento	14,15%	41,38%	39,66%
Solvabilidade	161,54%	82,99%	75,90%
Rotação do Activo	23%	14,00%	14,11%
Cobertura dos encargos financeiros	2.93	2.08	1.77
Liquidez Geral	0.83	1,09	1,13
Liquidez reduzida	0.81	1.09	1,12
Liquidez Imediata	0.57	0.07	0.05
Prazo médio pagamento	39	48	44
Prazo médio de recebimentos	6	7	6

**O Rácio de autonomia financeira,** Dá-nos a relação que existe entre os fundos patrimoniais e o activo líquido de uma entidade, por outras palavras é a percentagem do fundos patrimoniais que serve para financiar a atividade da instituição.

Como verificamos pelo quadro de rácios financeiros no ano de 2018 apresenta um aumento em relação ao ano anterior. Quanto mais elevado for este rácio maior é a estabilidade financeira da Instituição.



O **Rácio de solvabilidade** mede a proporção entre os fundos patrimoniais e o passivo que são os meios para fazer face aos compromissos a médio e longo prazo (incluindo dívidas e respectivos juros, despesas respectivas a obrigações assumidas, em 2018, apresenta um aumento de 78,55% em relação a 2017, justificado pelo aumento dos Fundos patrimoniais, não pondo em causa a estabilidade financeira da Instituição.

O **Rácio de endividamento** mede se uma Instituição é muito ou pouco endividada, ou seja, se usa muito ou pouco capital de terceiros, o nosso endividamento é de 14,15%, isto significa que a Instituição financia-se com 14,15% de capitais alheio.

O **Rácio rotação do activo** é um rácio de atividade que procura medir o grau de eficiência com que a Instituição está a utilizar os seus ativos. Quanto maior o valor do rácio de rotação do ativo, maior é a eficiência, este rácio é calculado pela divisão das vendas totais num determinado período de tempo pelo valor médio dos ativos nesse mesmo período de tempo, é o rácio que indica o grau de utilização dos activos, em 2018 este rácio apresenta um valor de 23%, um aumento em relação ao ano anterior, o que significa que este ano a Instituição foi mais eficiente na utilização dos seus ativos.

O **Rácio cobertura dos encargos financeiros** é um rácio financeiro que representa uma medida de risco quanto à capacidade de uma entidade conseguir satisfazer os seus compromissos financeiros. Esse rácio relaciona os juros financeiros que a Instituição suporta, com o resultado operacional que gera. Ou seja, quanto mais elevado o rácio, maior a probabilidade de que o resultado operacional gere dinheiro suficiente para cumprir as obrigações financeiras. Assim, o rácio de cobertura de encargos financeiros, mais não é que o número de vezes que o resultado operacional cobre os juros financeiros a que a Instituição está sujeita devido ao seu endividamento. No ano de 2018 essa relação é de 2,93 um ligeiro aumento face ao ano de 2017.

O **Rácio de Liquidez Geral**, mostra que a Instituição tem a capacidade para honrar os seus compromissos em curto prazo. Este rácio mostra-nos a capacidade que a Instituição tem para solver os seus compromissos de curto prazo, isto é, activos que se espera que sejam convertidos em liquidez num período semelhante ao das responsabilidades. Quando o seu valor é superior a um, é frequentemente assumido que a uma entidade possui uma boa situação financeira no

curto prazo. Há no entanto que tomar em consideração o ciclo de exploração da empresa e os tempos médios de recebimento e pagamento.

**A Liquidez Reduzida** é uma medida mais severa da posição líquida da Instituição. Dá a ideia clara da capacidade da Instituição para, sem grandes riscos, ser capaz de solver os seus compromissos de curto prazo. É utilizada com a mesma finalidade do rácio de liquidez geral, mas admite que as existências não poderão ser transformadas de imediato em dinheiro. Este rácio permite destacar o peso das existências numa empresa.

Como podemos verificar o rácio de liquidez geral é de 0.83 diminuiu em relação ao ano anterior que era de 1,09 um pouco acima de 1 o que significa que a Instituição conseguia gerar disponibilidades para cumprir com as suas obrigações de curto prazo, este ano apresenta um decréscimo neste rácio de 0.26, o que significa que a Instituição tem menos ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo. A liquidez reduzida apresenta um valor de 0.81 em 2018 ,verificando-se que o peso do valor dos inventários tem pouca representatividade.

**A Liquidez Imediata** é um terceiro indicador de liquidez que restringe ainda mais o conceito de activos líquidos, cingindo-os às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo de uma Instituição. É utilizada por quem pretende conhecer o grau de cobertura dos passivos circulantes por disponibilidades (Depósitos Bancários+Caixa+Títulos Negociáveis / Passivo Circulante). Este indicador difere do anterior porque exclui do numerador as dívidas de terceiros. Apesar da grande homogeneidade das rubricas que figuram no activo a sua utilidade prática é muito reduzida visto que as Entidades se esforçam por terem uma tesouraria nula. Portanto o valor do rácio ou é zero, ou aproxima-se dele, o nosso rácio de liquidez imediata é de 0.57 , uma relação superior ou próxima de um, pode querer dizer: uma tesouraria ociosa, valores disponíveis subutilizados ou/e decréscimos de actividade.

**O prazo médio de pagamento**, a fornecedores da Instituição é de **39 dias** que significa o tempo que levamos a pagar aos fornecedores as obrigações decorrentes da compra de matéria primas e fornecimento de serviços.

**O prazo médio de recebimentos** é de **6 dias** que retrata o tempo que a Instituição leva para receber dos seus clientes, tempo decorrido entre a venda e o seu recebimentos.



*[Handwritten signature]*  
Jemor

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

A demonstração de resultados por natureza evidencia a formação de resultados num certo período, avalia a situação económica da empresa.

Esta formação de resultados evidencia-se pela síntese dos Gastos e Rendimentos e:

**Resultados = Rendimentos - Gastos**

Rendimentos > gastos = Resultado Positivo (Lucro)

Rendimentos < gastos = Resultado Negativo (Prejuízo)

É de salientar que existe uma distinção nítida entre resultados operacionais e resultados financeiros. Nos resultados operacionais integram-se os rendimentos e gastos respeitantes à exploração, enquanto que nos resultados financeiros consideram-se os rendimentos de aplicações de capital e os gastos dos financiamentos,

Analisemos então alguns rácios económico-financeiros;

<u>RÁCIOS ECONÓMICOS</u>	2018	2017	2016
Taxa de crescimento da actividade	1%	2%	0,23%
Rentabilidade operacional da actividade	35%	26%	23,00%
Rentabilidade líquida da actividade	13%	14%	10,75%
Peso dos gastos c/o pessoal na actividade	104%	101%	97,54%
Rendibilidade do Activo	8%	4%	3,48%
Dependência de subsídios	69,95%	41,64%	39,36%

O **rácio de rendibilidade do activo** é um indicador económico que mede a capacidade dos activos da Instituição em gerar retorno financeiro. O cálculo da Rendibilidade do Activo é efectuado pela divisão dos resultados líquidos pelo valor líquido dos activos da Instituição.

Um resultado elevado significa que os activos tem uma elevada capacidade para gerarem retorno financeiro. O valor de rendibilidade do activo da Instituição em 2018 é de 8% o que significa que estamos a gerar muito pouco resultados com os nossos ativos, contudo verifica-se um aumento em relação ao ano anterior .

**Rentabilidade operacional da atividade** este rácio mede a percentagem das vendas e prestações de serviços que resta depois de cobertos todos os custos de exploração, incluindo provisões e amortizações. O nosso rácio apresenta um valor de 35,%, ou seja, significa que o resultado operacional tem um peso de 35% nas vendas e prestações de serviços.

**Rentabilidade líquida da atividade** mede a rendibilidade que a Instituição tem depois de pagos todos os custos, encargos financeiros e impostos. Este rácio em relação ao anterior apresenta um valor de 13% pois neste rácio está reflectido o peso dos custos financeiros. **O Rácio da rentabilidade operacional da atividade** apresenta em relação ao ano de 2017 um aumento 9% evidenciando que em 2018 houve um melhor desempenho da actividade.

**Peso dos gastos c/o pessoal na actividade**, este rácio apresenta um aumento em relação a 2017 de 3%, o que significa que apesar termos registados um aumento no volume de negócios, o valor das vendas e prestações de serviços não é suficiente para fazer face aos gastos com o pessoal.

Em relação a estes rácios, **dependência de subsídios** apresenta um valor de 69,95% um aumento de cerca de 28,31% em relação ao ano anterior, o que ainda representa um valor significativo de dependência do estado na actividade da Instituição, a diferença verificada em relação ao ano anterior também se deve a pagamento do ISS que se encontravam em atraso do ano anterior.

## **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (CASH-FLOWS)**

A demonstração de fluxos de caixa deve relatar os movimentos de caixa durante o período, classificados por actividades operacionais, de investimento e de financiamento, de forma a proporcionar informação que permita aos utentes das demonstrações financeiras determinar o impacto dessas actividades na posição financeira da Instituição e nas quantias de caixa e seus equivalentes.



*Handwritten signature: J. Amor*

Fluxo actividades Operacionais	80.162,03
Fluxo das actividades de Investimento	-21.455,99€
Fluxo das actividades de Financiamento	-82.014,04€
Variação de caixa e seus equivalentes	173.954,85€

O fluxo das actividades operacionais regista os pagamentos e recebimentos da actividade operacional tais com pagamento a fornecedores, ao pessoal e ao estado e os recebimentos dos clientes, sendo este fluxo positivo mostra que a actividade gera liquidez para fazer face aos pagamentos da actividade operacional.

O fluxo das actividades de Investimentos regista os pagamentos e recebimentos das actividades de Investimento, que apresenta um resultado negativo devido aos pagamentos dos investimentos efectuados.

O fluxo das actividade de financiamento regista os recebimentos e pagamentos referentes a financiamentos, neste caso o pagamento de juros e amortização de capital em dívida, o que gera um fluxo negativo.

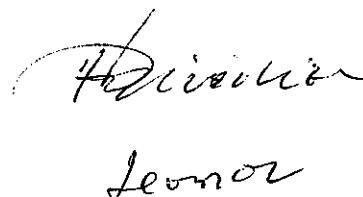
A variação de caixa e seus equivalentes é positiva, o que significa que a actividade operacional gerou liquidez para pagar os investimentos, juros e amortizações de capital referentes aos nossos financiamentos, gerando fluxos positivos para se efetuar alguma poupança.

## 5.CONCLUSÃO

Pela análise efetuada às demonstrações financeiras e a alguns rácios, concluímos que a Instituição apresenta um crescimento de cerca de 1%, comparativamente com o ano de 2017, Verificando-se assim, uma certa estabilidade no que diz respeito ao crescimento económico. Evidencia-se também alguma estabilidade financeira, no entanto, em termos de liquidez, apesar de conseguirmos no curto prazo solver as nossas obrigações, ainda mantemos um rácio de endividamento elevado, apesar de se evidenciar um aumento na rentabilidade dos nossos ativos,

temos que melhorar e criar forma de gerar mais resultados com os nossos equipamentos como por exemplo, rentabilizar os edifícios, (aluguer salas formação, rentabilização do ginásio) e viaturas, (aluguer autocarro), por forma a aumentarmos a rentabilidade do activo. A instituição encerrou o Exercício de 2018 com um resultado líquido positivo de 253.400,15€ sendo que o CSCDA513 encerrou o exercício de 2018 com um Resultado líquido negativo de -113.889,70€ (Instituição que evidencia os encargos financeiros com o edifício Centro Integrado ), sendo que a junção dos Resultados das duas instituições resulta no Resultado Líquido positivo de 139.510,45€ verificando-se uma diminuição dos resultados face ao ano anterior de 2.468,95€.

Aveiro, 22 de Março de 2019



Leonor

A Direcção Financeira

